

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS**

**ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM):  
ANÁLISE COMPARATIVA DE MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

**VARGINHA/MG**

**2024**

**LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS**

**ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM):  
ANÁLISE COMPARATIVA DE MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Rodrigues Silame

**VARGINHA/MG**

**2024**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Santos, Luciano José dos.

Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM) : análise comparativa de municípios de Minas Gerais / Luciano José dos Santos. - Varginha, MG, 2024.

91 f. : il. -

Orientador(a): Thiago Rodrigues Silame.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2024.

Bibliografia.

1. IEGM. 2. Governança. 3. Accountability. 4. Políticas Públicas. 5. Órgãos de Controle. I. Silame, Thiago Rodrigues, orient. II. Título.

LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM) ANÁLISE COMPARATIVA DE MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Administração Pública.

Aprovada em: 6 de novembro de 2024.

Prof. Dr. Thiago Rodrigues Silame  
Presidente da Banca Examinadora  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Leonardo Pinheiro Deboçã  
Instituição: Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Cláudio Roberto Caríssimo  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Rodrigues Silame, Professor do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1385857** e o código CRC **CB656B75**.

Dedico este trabalho a minha amada esposa Raquel, por tudo que já passamos juntos e pelo companheirismo ao longo desta jornada, o que me permitiu chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de realizar o sonho de cursar um mestrado.

Aos meus pais pelas importantes lições ao longo da vida que me fizeram trilhar por caminhos corretos.

À minha esposa, Raquel, pelo companheirismo, paciência, apoio e incentivo ao longo deste processo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Thiago Rodrigues Silame pela disponibilidade de sempre ajudar nos momentos de dificuldades.

Aos professores, Dr. Leonardo Pinheiro Deboçã, Dr. Fernando Batista Pereira e Dr. Cláudio Roberto Caríssimo que prontamente aceitaram o convite para participação na banca de qualificação e defesa, contribuindo com sugestões e críticas construtivas que ajudaram a melhorar este trabalho.

Aos demais professores da UNIFAL-MG e colegas de turma que de alguma forma fizeram parte deste processo.

A todas as pessoas que compreenderam as minhas ausências nesse período e incentivaram ao longo desta jornada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Com a sabedoria se edifica a casa, e com a inteligência ela se firma; e pelo conhecimento se encherão as câmaras de todas as substâncias preciosas e deleitáveis.

(Bíblia [...], 2009, Prov. 24, 3-6, p. 663).

## RESUMO

O acompanhamento de resultados na Administração Pública tem sido uma constante nos últimos anos pelos órgãos de controle. Neste contexto, foi criado o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) como instrumento de monitoramento e avaliação das políticas públicas realizadas pelos municípios em sete dimensões: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) em 2015 e difundido por todo país pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), o IEGM é utilizado pelos Tribunais de Contas (TCs) na busca pelo aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a situação do IEGM do ano de 2023 (dados 2022) de 91 municípios do estado de Minas Gerais para identificar fatores que influenciaram nos resultados obtidos. Para tanto, foi verificada a situação das notas do IEGM 2023 dos municípios da amostra e comparada com as notas do período anterior, em razão da mudança de regras para aplicação das faixas de resultado. Além disso, fez-se levantamento dos principais estudos sobre o IEGM na literatura e análise multivariada com estatística descritiva, matriz de correlação e estimação de modelo de regressão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quali-quantitativa e delineamento documental. Os resultados mostraram que a mudança nas regras de classificação das faixas impactou significativamente as notas do IEGM 2023. Em 2022 apenas 13 municípios da amostra estavam na faixa “C” (baixo nível de adequação), passando a 66 municípios em 2023, o que representa um aumento de 400%. As dimensões relacionadas às áreas de educação, meio ambiente, planejamento e tecnologia da informação são as que apresentaram os piores resultados. Enquanto as dimensões relacionadas à área fiscal, cidades protegidas e saúde os melhores resultados. Os achados apontaram que apenas a variável dependência de receitas de transferência foi significativa para influenciar negativamente na nota do IEGM 2023. As variáveis população, PIB per capita, gasto com saúde e percentual da receita realizada não apresentaram significância no modelo estatístico proposto.

Palavras-chave: IEGM; governança; *accountability*; políticas públicas; órgãos de controle.



## ABSTRACT

The monitoring of results in public administration has been a constant in recent years by the control bodies. In this context, the Municipal Management Effectiveness Index (IEGM) was created as an instrument for monitoring and evaluating the public policies carried out by municipalities in seven dimensions: education, health, planning, fiscal management, the environment, protected cities and information technology governance. Created by the São Paulo State Court of Auditors (TCESP) in 2015 and disseminated throughout the country by the Rui Barbosa Institute (IRB), the IEGM is used by the Courts of Auditors (TCs) in the quest to improve the management of public resources. With this in mind, the general objective of this research was to analyze the situation of the IEGM for the year 2023 (2022 data) of 91 municipalities in the state of Minas Gerais in order to identify factors that influenced the results obtained. To this end, the 2023 MMEI scores of the municipalities in the sample were checked and compared with the scores from the previous period, due to the change in rules for applying the score bands. In addition, the main studies on the IEGM in the literature were surveyed and multivariate analysis was carried out using descriptive statistics, a correlation matrix and regression model estimation. Methodologically, this is a descriptive study with a qualitative-quantitative approach and a documentary design. The results showed that the change in the rules for classifying the bands had a significant impact on the IEGM 2023 scores. In 2022 only 13 municipalities in the sample were in band "C" (low level of adequacy), rising to 66 municipalities in 2023, which represents an increase of 400%. The dimensions related to the areas of education, the environment, planning and information technology had the worst results. The dimensions related to the fiscal area, protected cities and health had the best results. The findings showed that only the variable dependence on transfer revenues was significant in negatively influencing the IEGM 2023 score. The variables population, GDP per capita, health expenditure and percentage of revenue realized were not significant in the proposed statistical model.

Keywords: IEGM; governance; *accountability*; public policies; control bodies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Lógico do IEGM	20
Figura 2 - Mapa de Calor de Minas Gerais – IEGM 2023	69
Figura 3 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Educ	70
Figura 4 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Saúde	71
Figura 5 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Plan	72
Figura 6 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Fiscal	73
Figura 7 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Amb	74
Figura 8 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Cidade	75
Figura 9 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Gov TI	76

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhos por ano (2018 – 2023)	46
Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos por dimensões do IEGM	47
Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhos por classificação de periódicos	48
Gráfico 4 - Distribuição das notas dos municípios da amostra por faixa	65
Gráfico 5 - Comparativo do IEGM 2022 e 2023 dos municípios da amostra	66

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índices que compõem o IEGM	23
Quadro 2 - Faixas do IEGM	24
Quadro 3 - Classificação das Auditorias	32
Quadro 4 - Distribuição dos trabalhos por autor, lugar de publicação e Qualis	45
Quadro 5 - Variáveis da pesquisa	57
Quadro 6 - Municípios por Região Geográfica Intermediária - IEGM 2023	59
Quadro 7 - Distribuição dos municípios por Região Geográfica Intermediária	60
Quadro 8 - Regras para aplicação das faixas de resultado	63
Quadro 9 - Resultados do IEGM dos municípios da amostra - 2015 a 2023	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IEGM-2023 dos municípios da amostra por faixa	68
Tabela 2 - i-Educ-2023 dos municípios da amostra por faixa	69
Tabela 3 - i-Saúde-2023 dos municípios da amostra por faixa	70
Tabela 4 - i-Plan-2023 dos municípios da amostra por faixa	71
Tabela 5 - i-Fiscal-2023 dos municípios da amostra por faixa	72
Tabela 6 - i-Amb-2023 dos municípios da amostra por faixa	73
Tabela 7 - i-Cidade-2023 dos municípios da amostra por faixa	74
Tabela 8 - i-Gov TI-2023 dos municípios da amostra por faixa	75
Tabela 9 - Estatística descritiva das variáveis da amostra	77
Tabela 10 - Matriz de correlação entre as variáveis da amostra	79
Tabela 11 - Modelo de regressão estimado	80

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CN	Congresso Nacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
I-AMB	Índice Municipal do Meio Ambiente
I-CIDADE	Índice Municipal de Cidades Protegidas
I-EDUC	Índice Municipal da Educação
I-FISCAL	Índice Municipal da Gestão Fiscal
I-GOV TI	Índice Municipal de Governança em Tecnologia da Informação
I-PLAN	Índice Municipal de Planejamento
I-SAÚDE	Índice Municipal de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IN	Instrução Normativa
INDICON	Rede Nacional de Indicadores Públicos
IQR	Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos
IRB	Instituto Rui Barbosa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
ONG	Organizações Não Governamentais
PCA	Prestação de Contas Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SICOM	Sistema Informatizado de Contas dos Municípios
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>

STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas Estadual
TCM	Tribunais de Contas dos Municípios
TCEMG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCEPB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCs	Tribunais de Contas
TCU	Tribunal de Contas da União
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2	HIPÓTESE DA PESQUISA	18
1.3	OBJETIVOS	19
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>19</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>19</b>
1.4	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	19
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	21
<b>2</b>	<b>AS DIMENSÕES DO IEGM E SUA IMPLEMENTAÇÃO PELO TCEMG</b>	<b>22</b>
2.1	O IEGM NO ÂMBITO DO TCEMG	24
<b>3</b>	<b>O IEGM COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY HORIZONTAL</b>	<b>27</b>
3.1	CONTROLE DE RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29
<b>3.1.1</b>	<b>3.1.1 Fortalecimento da fiscalização por resultados a partir do IEGM</b>	<b>31</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Controle interno</b>	<b>33</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Controle externo</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM O IEGM</b>	<b>36</b>
4.1	TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	37
4.2	CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	38
<b>4.2.1</b>	<b>O IEGM nas fases de monitoramento e avaliação de políticas públicas</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE O IEGM NA LITERATURA (2018-2023)</b>	<b>44</b>
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>55</b>
6.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	55
6.2	CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE	58
<b>7</b>	<b>ANÁLISES E RESULTADOS</b>	<b>62</b>
7.1	COMPORTAMENTO DO IEGM DOS MUNICÍPIOS NOS ÚLTIMOS ANOS	62



7.2	ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IEGM 2023	67
7.2.1	<b>Análise da dimensão educação – i-Educ</b>	<b>69</b>
7.2.2	<b>Análise da dimensão saúde – i-Saúde</b>	<b>70</b>
7.2.3	<b>Análise da dimensão planejamento – i-Plan</b>	<b>71</b>
7.2.4	<b>Análise da dimensão fiscal – i-Fiscal</b>	<b>72</b>
7.2.5	<b>Análise da dimensão ambiental – i-Amb</b>	<b>73</b>
7.2.6	<b>Análise da dimensão cidades protegidas – i-Cidade</b>	<b>74</b>
7.2.7	<b>Análise da dimensão governança em TI – i-Gov TI</b>	<b>75</b>
7.3	ANÁLISE MULTIVARIADA EM RELAÇÃO AO IEGM-2023 DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA	77
7.4	ANÁLISE DO MODELO DE REGRESSÃO ESTIMADO	79
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 definiu atribuições claras ao Congresso Nacional (CN) sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos recursos públicos, papel esse, desenvolvido com o apoio técnico das Cortes de Contas<sup>1</sup>. O acompanhamento dos gastos públicos realizados e das políticas públicas desenvolvidas nas esferas federal, estadual e municipal é uma das missões institucionais dos Tribunais de Contas (TCs) do Brasil.

Os órgãos de controle possuem competências constitucionais expressas que delineiam o escopo das fiscalizações e garantem responsabilização aos gestores públicos em caso de desvios de finalidade. A atuação desses órgãos é centenária dentro da administração pública, mas as constantes mudanças e inovações trazidas pela tecnologia permitem novas formas de acompanhamento e aferição da aplicação dos recursos públicos e seus resultados na vida da população.

Com a possibilidade de acompanhamento em tempo real do gasto público, permitido pelos normativos de transparência e acesso à informação, tem sido maior a pressão social pela melhoria no setor público. Isso tem feito com que gestores públicos busquem novas práticas de governança, incorporando ferramentas gerenciais antes típicas do setor privado, mas que passam a ser necessárias na busca pelo atendimento dos interesses dos cidadãos.

Por outro lado, os TCs têm buscado novos mecanismos de controle que permitam monitorar e avaliar o gasto público do ponto de vista dos resultados alcançados, não somente quanto aos aspectos da legalidade. Assim, têm criado índices para qualificar políticas públicas desenvolvidas no âmbito dos municípios, medindo a efetividade das ações desenvolvidas com os recursos disponíveis.

As políticas públicas têm origem nos planos de governos dos postulantes a cargos públicos, são incorporadas no Plano Plurianual (PPA) dos eleitos para gestão das entidades, e traduzidas em programas, projetos, planos e ações que permitem a execução do orçamento público alinhado com os anseios da população e dos governantes.

Há uma interseção do ciclo de políticas públicas e o ciclo orçamentário que precisa ser acompanhada pelos TCs. É neste contexto que se insere o objeto desta

---

<sup>1</sup> CF, Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, artigo 70 ao 75.

pesquisa: O desempenho comparado de um conjunto de municípios no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

Criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) no ano de 2015, o IEGM mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas da gestão municipal. O índice foi expandido para os demais TCs por meio da Rede Nacional de Indicadores Públicos (INDICON), com apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), passando a ser utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) no ano de 2016, com dados do exercício de 2015.

A idealização do IEGM como forma de acompanhamento das gestões municipais, surge como ferramenta capaz de evidenciar as ações realizadas pelos governos e os anseios da sociedade. Os governos brasileiros têm enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto em função de mudanças conjunturais na economia quanto pelas crescentes reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos (São Paulo, 2024). Além disso, os governos devem ater-se a questões legais que envolvem o gasto público, por exemplo, a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O IEGM permite aferir resultados da aplicação do dinheiro público que estão relacionados com princípios constitucionais como economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, demonstrando uma evolução na atividade de controle externo, que deixa de ser meramente legalista e moderniza-se no sentido de acompanhar a evolução da sociedade.

A seguir, esta seção apresenta o problema de pesquisa, a hipótese, o objetivo geral do trabalho e seus objetivos específicos, a justificativa e relevância da pesquisa e, por fim, a estrutura do trabalho.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: Quais fatores influenciaram nos resultados do IEGM 2023 de municípios do estado de Minas Gerais?

## 1.2 HIPÓTESE DA PESQUISA

A hipótese deste trabalho é que fatores como população, PIB per capita,

dependência de receitas de transferências, gasto com saúde e percentual de receita realizada podem influenciar os resultados do IEGM dos municípios da amostra.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o IEGM do ano de 2023 (dados 2022) de 91 municípios do estado de Minas Gerais para identificar fatores que influenciaram nos resultados obtidos.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

Para atender o objetivo geral, a pesquisa desmembra-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) comparar situação do IEGM 2023 (dados 2022) com o IEGM 2022 (dados 2021) dos municípios pesquisados;
- b) verificar qual a situação das notas dos municípios da amostra em relação ao IEGM do ano de 2023 nas suas sete dimensões;
- c) apresentar os possíveis fatores que podem influenciar na efetividade da gestão municipal;
- d) elaborar Relatório Técnico Conclusivo com recomendações para melhoria dos resultados do IEGM nos municípios do estado de Minas Gerais.

### 1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

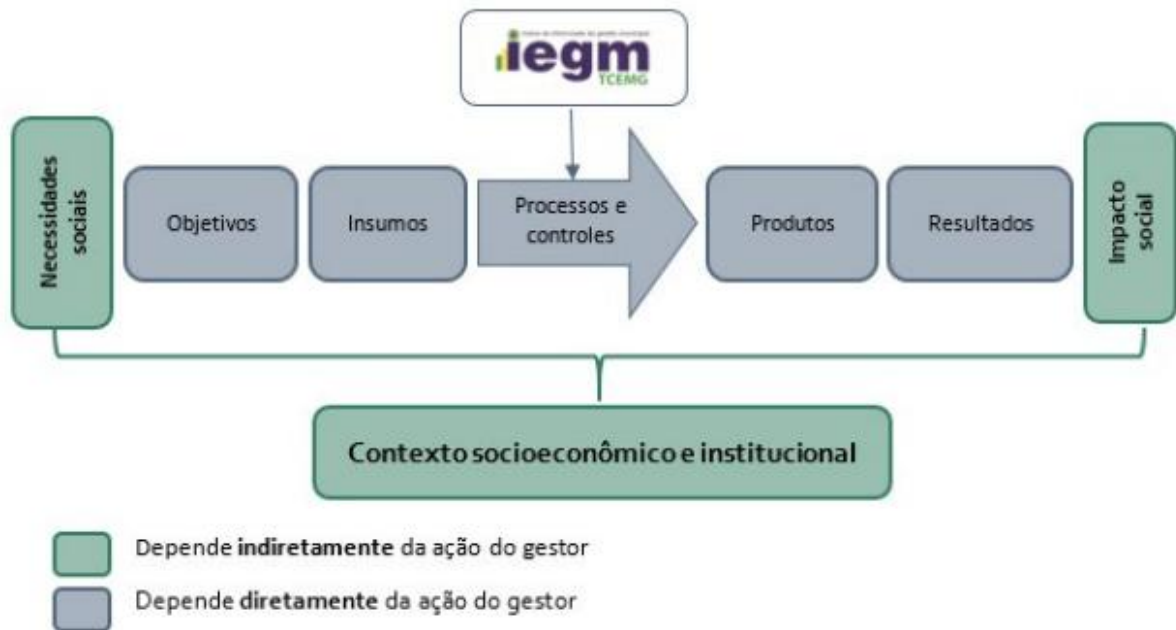
Esta pesquisa justifica-se pela importância que o IEGM tem recebido dos órgãos de controle, podendo impactar inclusive na aprovação das contas de governo, além da possibilidade de ser utilizado como uma ferramenta de gestão pela Administração do município na condução de suas políticas públicas. Ademais, conhecer a realidade dos municípios do estado de Minas Gerais e os fatores que podem impactar no índice, ajuda na identificação de boas práticas que podem ser adotadas para melhoria do IEGM.

Na revisão sistemática da literatura realizada sobre o tema, não foram

identificados estudos que comparassem resultados de efetividades nas gestões municipais do estado de Minas Gerais. Logo, esta pesquisa preenche essa lacuna na literatura, que embora recente, já possui estudos do tipo em outros estados (Alves; Lee, 2019; Carvalho Costa *et al.*, 2020; Silva Neto; Reis; Ribeiro, 2020).

O IEGM ajuda os gestores municipais a direcionar esforços para atendimento das demandas sociais, ao mesmo tempo em que permite monitorar e avaliar se os objetivos das políticas públicas estão sendo cumpridos com os recursos disponibilizados, o que denota efetividade dos processos e controles aplicados. Nesse sentido, o alcance de resultados desejados depende de ações da gestão municipal e pode ser influenciado pelo contexto no qual o município está inserido, causando de forma direta ou indiretamente, impacto social na população atendida. A Figura 1 apresenta o modelo lógico do IEGM destacando a sequência de ações que dependem da ação direta dos gestores públicos, assim como destaca as demandas da sociedade e aspectos contextuais e conjunturais que podem influenciar a implementação de políticas públicas.

Figura 1 – Modelo Lógico do IEGM



Fonte: Minas Gerais (2023).

Tendo em vista que o estado de Minas Gerais possui diferentes regiões geográficas com características distintas, esta pesquisa vai ajudar a compreender os resultados do IEGM no estado. Para tanto, foram selecionados 91 municípios das

diversas regiões.

As análises serão obtidas por meio da estatística descritiva e estimativa de modelo de regressão. A estatística será utilizada para verificar a situação dos municípios quanto ao IEGM e suas dimensões, além de permitir a compreensão dos possíveis efeitos que as variáveis independentes exercem no IEGM. Esta pesquisa busca replicar, em parte, a pesquisa realizada por Alves e Lee (2019)<sup>2</sup> nos municípios cearenses quanto ao IEGM 2017.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em sete capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta as dimensões do IEGM e faz uma análise do índice no âmbito do TCEMG. O terceiro capítulo faz uma associação do IEGM como instrumento de governança e *accountability*, discorrendo sobre sua origem, composição e importância, e apresenta conceitos necessários para compreensão do tema. Neste capítulo, apresenta-se a importância do controle de resultados na Administração Pública, os tipos de auditorias que podem ser realizadas, bem como a diferenciação de controle interno e controle externo. O quarto capítulo aborda Políticas Públicas e sua relação com o IEGM, apresentando alguns conceitos importantes, discorrendo sobre os tipos de políticas públicas e sobre seu ciclo, com ênfase nas fases de monitoramento e avaliação. No quinto capítulo são apresentados os principais estudos sobre o IEGM na literatura (2018-2023), assim como, os principais achados. No sexto capítulo, apresenta-se a Metodologia utilizada para realização da pesquisa, a caracterização da pesquisa, a caracterização da análise, bem como, os procedimentos para coleta e tratamentos dos dados utilizados. No sétimo capítulo, apresenta-se o comportamento do IEGM nos últimos anos, comparando 2023 com 2022, e realiza-se análise do perfil da amostra dos municípios, análise multivariada em relação ao IEGM 2023, análise do modelo de regressão estimado e apresentam-se os resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, discorrendo sobre os resultados encontrados, o cumprimento dos objetivos, as conclusões da pesquisa, as limitações e dificuldades encontradas na realização e sugestões de estudos futuros.

---

<sup>2</sup> Os aspectos metodológicos serão mais bem descritos no capítulo Procedimentos Metodológicos.

## 2 AS DIMENSÕES DO IEGM E SUA IMPLEMENTAÇÃO PELO TCEMG

O IEGM foi desenvolvido para proporcionar visões da gestão pública em sete dimensões da execução do orçamento público, selecionadas por serem estratégicas no contexto das finanças públicas: i) Educação; ii) Saúde; iii) Planejamento; iv) Gestão Fiscal; v) Meio Ambiente; vi) Cidades Protegidas e; vii) Governança em Tecnologia da Informação. Embora concebido a partir da execução orçamentária, o IEGM vai além de uma avaliação sobre o aspecto contábil, pois avalia os resultados das políticas públicas.

A finalidade do IEGM é reunir informações que possam servir de parâmetros para subsidiar as ações de controle externo em relação à administração municipal (*accountability* horizontal), aperfeiçoar as ações governamentais, fornecer informações aos cidadãos sobre a gestão local (*accountability* vertical e societal), além de produzir estudos sobre políticas públicas (Minas Gerais, 2022).

A dimensão de Planejamento é composta pelo Índice Municipal de Planejamento (i-PLAN) que tem por objetivo ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado no orçamento, possibilitando ao usuário da informação entender o processo e os resultados. Esse índice permite identificar a coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

A dimensão Gestão Fiscal, composta pelo Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-FISCAL), tem por objetivo ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e realizada. Nesse sentido, são analisadas as execuções financeira e orçamentária (eficiência), manutenção de limites legais (eficácia), decisões sobre aplicação de recursos vinculados (economicidade) e a transparência da administração.

As dimensões de Educação e Saúde, compostas pelo Índice Municipal da Educação (i-EDUC) e o Índice Municipal de Saúde (i-SAÚDE) respectivamente, visam estabelecer uma métrica das ações dessas duas áreas que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas (efetividade). A pesquisa é realizada por meio de questionários específicos.

Além desses, outros três indicadores são considerados na apuração do IEGM, embora com ponderação menor em relação aos demais: o Índice Municipal do Meio Ambiente (i-AMB); o Índice Municipal de Cidades Protegidas (i-CIDADE) e o

Índice Municipal de Governança em Tecnologia da Informação (i-GOV TI).

Ademais, o IEGM é composto por dados governamentais, Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) e informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais. O SICOM é uma tecnologia inovadora do TCEMG, criado em parceria com os jurisdicionados, para apoiar o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz, efetiva e transparente.

Isso mostra que os TCs estão evoluindo na sua forma de atuação, criando ferramentas inovadoras que permitem maior agilidade na fiscalização dos recursos públicos. Segundo Teixeira (2017) a missão do TCEMG consiste em zelar pela aplicação de recursos públicos e municipais; para tal, envolve apresentar soluções legais eficientes e econômicas para viabilizar as políticas públicas, conforme os princípios administrativos.

Desta forma, o IEGM é um índice perene, dinâmico e flexível, sendo ajustado a cada ano conforme a necessidade de adaptação, mas sempre dentro das sete dimensões, traduzidas em outros índices que compõem o índice principal. Isso permite aos TCs, aos gestores e a sociedade avaliar os resultados de determinado exercício, como também realizar comparação da evolução do índice ao longo do tempo, inclusive comparar com outros municípios para identificar boas práticas de gestão.

Cada dimensão que compõe o IEGM possui um objeto de análise e um peso, sendo que três dimensões possuem peso ponderado menos relevante no indicador principal, conforme demonstrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Índices que compõem o IEGM

<b>Índices</b>	<b>Objeto de análise</b>	<b>Peso</b>
i-Educ	Ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal.	20%
i-Saúde	Ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal.	20%
i-Planejamento	Comparação entre planejamento e execução.	20%
i-Fiscal	Execução financeira e orçamentária; manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.	20%
i-Amb	Ações sobre o Meio Ambiente.	10%
i-Cidade	Ações do município de prevenção e enfrentamento de sinistros e desastres.	5%
i-Gov TI	Uso dos recursos de Tecnologia da Informação.	5%

Fonte: elaborado pelo autor com base no Manual IEGM do TCEMG (Minas Gerais, 2023).



Com o intuito de evitar exposição numérica do ranking, o IEGM é apresentado por faixas de resultado, demonstrando as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, conforme Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Faixas do IEGM

<b>Nota</b>	<b>Faixa</b>	<b>Critério</b>
<b>A</b>	Altamente Efetiva	IEG-M maior ou igual a 90% da nota máxima (100%) e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
<b>B+</b>	Muito Efetiva	IEG-M maior ou igual a 75% e menor que 90% da nota máxima
<b>B</b>	Efetiva	IEG-M maior ou igual a 60% e menor que 75% da nota máxima
<b>C+</b>	Em Fase de Adequação	IEG-M maior ou igual a 50% e menor que 60% da nota máxima
<b>C</b>	Baixo Nível de Adequação	IEG-M menor que 50% da nota máxima

Fonte: elaborado pelo autor com base no Manual IEGM do TCEMG (Minas Gerais, 2023).

Observa-se no Quadro que para o município obter uma nota “A” no IEGM, considerada altamente efetiva, ele precisa ser considerado altamente efetivo em pelo menos cinco áreas das sete avaliadas, o que requer uma gestão a nível estratégico. Para conseguir mensurar o quanto os municípios estão sendo efetivos em suas políticas públicas os TCs precisam estar bem estruturados.

## 2.1 O IEGM NO ÂMBITO DO TCEMG

No âmbito do TCEMG o IEGM foi implementado no ano de 2016 por meio da Resolução 06/2016, alinhado com os objetivos estratégicos da entidade de alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo e contribuir para a transparência e o aprimoramento da gestão pública, sob a perspectiva de resultados para a sociedade.

Além disso, com a instituição do IEGM, o TCEMG também buscou definir e implementar a sistemática de acompanhamento e avaliação da gestão e das políticas públicas, objetivando garantir a tempestividade e a qualidade do controle externo, sob a perspectiva de processos internos. Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e de tomada de decisão (Castro, 2018).

Para instrumentalizar o IEGM no estado, o TCEMG emitiu a Instrução Normativa (IN) nº 01/2016 dispondo sobre a remessa de informações relativas à composição do índice, pelos municípios, mediante o SICOM. A IN trouxe a possibilidade de multa ao Prefeito Municipal no caso de omissão no envio das informações, não cumprimento do prazo estabelecido para remessa ou declaração falsa de informações.

Notas baixas no IEGM podem prejudicar o Município na celebração de convênios com o Estado, e até ensejar a reprovação de contas pelo TCEMG em um futuro próximo. Quanto à utilização dos resultados do IEGM para fins de celebração de convênios com a União, não foram encontradas evidências nesse sentido.

Consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado de Minas Gerais, desde o ano de 2018, dispositivo que considera as notas obtidas no IEGM como parâmetro para celebração de convênios. Exemplo disso é a LDO para o exercício de 2024, Lei nº 24.404, de 02/08/2023, em seu artigo 26, inciso I e alínea:

Art. 26 – A celebração de convênio de saída com entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas condiciona-se à apresentação de contrapartida, a qual será calculada com base no valor do repasse a ser efetuado pelo concedente e não será inferior:

I – no caso de municípios e entidades da administração pública municipal:

a) a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para os municípios cuja quota do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – seja superior ao valor do repasse do ICMS e cujo **Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM – seja classificado como “A”, “B+” ou “B” segundo cálculo efetuado pelo TCEMG**, utilizando como referência o mês imediatamente anterior à apresentação da proposta de convênio; (Minas Gerais, 2023, grifo nosso)

Além disso, há uma tendência para utilização do IEGM pelos TCs como fator determinante para emissão de parecer prévio pela rejeição de contas municipais de gestores que persistirem com resultados de baixa efetividade<sup>3</sup>. Importante destacar que embora não tenha norma clara no TCEMG que ampare parecer prévio opinando pela rejeição de contas municipais por baixa efetividade, os TCs vêm fazendo uma transição em seu modelo de auditoria, verificando não apenas a legalidade e a conformidade, mas considerando também os resultados (eficácia e efetividade).

---

<sup>3</sup> O Presidente do TCESP, Sidney Beraldo, em participação na 27ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Públicos, em 25/05/2023, na cidade de Sorocaba, já sinalizou essa tendência em sua fala: “Se ao longo do mandato, não houver melhora nem justificativas para esse desempenho ruim, essas cidades vão ter suas contas reprovadas.” Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/6524-baixa-efetividade-prefeituras-levara-reprovacao-contas-diz-presidente-tcesp>.

Como o TCESP foi o precursor do IEGM no Brasil, é de se esperar que outros TCs adotem a mesma linha de fiscalização quanto ao índice apurado, em uma espécie de mimetismo institucional.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Araújo (2018) confirmou uma das hipóteses formuladas, de que gestões municipais que tiveram pelo menos uma prestação de contas anual reprovada pelo TCE têm relação significativa e negativa com o IEGM. Isso demonstra a tendência de rejeição de contas municipais pelos TCs nos próximos anos, inclusive pelo TCEMG.

Ressalta-se, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reafirmou o entendimento de que os TCs podem impor condenações administrativas a Prefeitos e Governadores, sem a necessidade de aprovação ou julgamento do ato pelo Poder Legislativo. Dessa forma, é possível ao TCEMG impor multas aos Prefeitos que não cumprirem com as determinações para atendimento das recomendações estabelecidas nos pareceres prévios das Prestações de Contas Anuais (PCAs).

Dentro dessa perspectiva, o IEGM surge como um instrumento de governança pública e *accountability* horizontal, para controle das ações desenvolvidas pelos entes públicos municipais, garantindo o acompanhamento das políticas públicas idealizadas e os resultados alcançados advindos de sua execução nos municípios.

### 3 O IEGM COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA E *ACCOUNTABILITY* HORIZONTAL

Com o processo de redemocratização do Brasil e as constantes mudanças nos governos, traduzidas nas políticas públicas nos três níveis da federação, o setor público precisou amadurecer quanto à forma de gerir os recursos públicos, e percebeu-se a necessidade de adotar mecanismos de controle, com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados e prestar contas do que está sendo executado. Esse processo requer um maior nível de governança.

Governança tem sido um termo bastante utilizado no Brasil nos últimos anos, principalmente no setor privado. Sua origem está relacionada com a separação dos proprietários da gestão de suas propriedades nas organizações, delegando a administração de seus bens e recursos a terceiros, restando a eles o acompanhamento para garantir seus interesses (Brasil, 2014).

No âmbito Federal já foi instituída política de governança para nortear as ações de governo. Governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Brasil, 2017).

Segundo Buta e Teixeira (2020) a origem do conceito remonta aos estudos da teoria da agência, os quais analisam a separação entre as funções de propriedade e controle como forma de tornar a organização mais eficiente. De acordo com Britto (2014), define-se a governança como a inter-relação entre a gestão, o controle e a *accountability*, visando à realização dos objetivos da política pública de forma econômica, eficiente, eficaz e efetiva bem como à comunicação aberta entre todos os atores sociais. Portanto, governança e *accountability* estão diretamente relacionadas à gestão eficiente no setor público, pois é necessário acompanhamento e responsabilização dos gestores em caso de ineficiência por má gestão.

Para O'Donnell (1988) *accountability* consiste na ideia de que governantes e administradores devam prestar contas e também ser avaliados pelos atos que praticam na gestão de recursos públicos, o que se configura elemento central do desejável regime democrático de articulação da vida política. Assim, *accountability* pode ser classificada sobre três dimensões: vertical, societal e horizontal.

Segundo Britto (2014), na dimensão vertical, corolário da democracia

representativa, estabelece-se a prestação de contas dos representados em razão de estarem atuando em representação a um Poder que em origem não é seu, mas do cidadão-regime de democracia representativa. Tem-se o controle entre a população e o Estado por meio do voto ou ação popular.

É na dimensão vertical que se concentra a principal forma de *accountability* em uma democracia, pois o cidadão, antes ignorado, passou a ter voz a partir da CF de 1988 e a influenciar na condução das políticas públicas, inclusive com o acompanhamento dos resultados produzidos, favorecido pela maior transparência na gestão dos recursos públicos. Com a cobertura da mídia sobre eventos de natureza política, há também um alargamento do processo de *accountability* democrática, ou seja, a possibilidade de os cidadãos responsabilizarem seus representantes por boas e más ações (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

De acordo com Naves (2012), alguns autores, como Smulovitz (2000) e Peruzzotti (2002), entendem que a *accountability* societal se exercitaria pela atuação dos meios de comunicação independentes, movimentos sociais, associações civis e por organizações não governamentais (ONG's), em ações de controles ligados ao desempenho dos governantes.

A dimensão horizontal da *accountability*, segundo O'Donnell (1998), supõe a existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal - que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais. Portanto, dentre as instituições instaladas no Brasil atribuídas da promoção de *accountability* horizontal, encontra-se a atuação destacada do TCU e dos diversos TCs subnacionais, como órgãos auxiliares do Poder Legislativo, que exercem fiscalização de natureza administrativo-financeira, na qual se afere a probidade e também aspectos substantivos das políticas públicas (Naves, 2012).

Para Castro (2018), os objetivos da *accountability* na prestação de contas à sociedade não devem se limitar à avaliação interna do Executivo ou do Legislativo, mas ser completada com a participação do cidadão no controle social do serviço público, tendo sempre uma referência por uma instituição representativa do sistema de controle interno ou externo. Desta forma, o IEGM pode ser classificado como uma ferramenta utilizada pelos TCs que permite o controle e a responsabilização dos agentes públicos, conferindo transparência para ações dos gestores públicos, possibilitando além do controle horizontal, o exercício por parte dos cidadãos e da sociedade civil da *accountability* vertical e societal, respectivamente.

Nesse sentido, Moura e Ferreira Júnior (2022) avaliam que o controle e a prestação de contas, considerados os resultados sociais e sistêmicos almejados, conduzem à expansão da responsabilização e da relevância de mecanismos de gestão e participação na Administração Pública. Desse modo, não basta o fortalecimento das atividades de controle dentro das instituições, é preciso extrapolar para a sociedade, o que fortalece a aplicação do conceito de *accountability*.

### 3.1 CONTROLE DE RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Controle são processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente, e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no uso de recursos públicos (Brasil, 2017).

Dessa forma, a qualidade dos gastos públicos e a eficiência das políticas públicas dependem da boa governança pública, orientada por controles que permitam o acompanhamento da gestão dos recursos públicos. Por sua vez, o controle necessita de indicadores para aferir o desempenho das políticas públicas e corrigir eventuais desvios que possam impactar o resultado esperado. O estabelecimento de indicadores é uma forma de mensurar aspectos relacionados à noção de governança pública, vale dizer, uma forma de operacionalização do seu conceito (Buta; Teixeira, 2020).

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009). Portanto, mecanismos de controle, quando se valem de indicadores podem funcionar como elementos de monitoramento e avaliação de políticas públicas, papel que o IEGM se propõe a cumprir.

Com o crescente interesse da sociedade por informações sobre a prestação de contas públicas, é cada vez mais necessário na administração pública o desenvolvimento de mecanismos de controle que ajudem os gestores a tomar melhores decisões e assim maximizar os resultados obtidos com os recursos aplicados, garantindo o alcance das metas estratégicas estabelecidas e cumprindo com a função pública de entregar serviços de qualidade aos cidadãos.

Segundo Holanda *et al.* (2022) com a Constituição de 1988, o controle exercido sobre a gestão pública passou a atuar não somente sob o prisma da legalidade, mas também com base nos princípios da legitimidade e economicidade, o que possibilitou a criação de um verdadeiro controle por resultados.

Para Silva Neto, Reis e Ribeiro (2020) o IEGM apresenta potencial para avaliar, sistematicamente, a gestão municipal, e pode ser utilizado como instrumento de transparência e controle das contas públicas. Já Britto (2014) acredita que organização do aprendizado, melhorias na gestão, resultados, indicadores, prevenção de riscos e sugestão de alternativas são bases para novos institutos de controle da gestão pública.

A prestação de contas do administrador público (*lato sensu*) é a demonstração, perante o estado e a sociedade, de como foi a aplicação dos recursos públicos que teve sobre sua responsabilidade (Chaves, 2007). Percebe-se a importância das atividades de controle para subsidiar e validar as prestações de contas no âmbito da administração pública, corroborando para a transparência nos gastos públicos.

Segundo Silva (2012, p. 3), “controle nada mais é que a verificação e disciplinamento do exercício de atividades, ou seja, alguma atividade é realizada e também é verificada”. Mediante tal conceito, é correto afirmar que a atividade de controle está presente na administração pública há muito tempo, mesmo que inconscientemente, os órgãos ou gestores estão controlando o resultado de seus esforços, e isso vem aperfeiçoando-se ao longo dos anos com a busca por mais eficiência, eficácia, efetividade e economicidade no setor público.

O controle pode ser desenvolvido em vários níveis, tanto na administração pública como na privada, sempre com ações coordenadas e planejadas que considerem as peculiaridades de cada entidade e identifiquem os desvios na execução dos planos, corrigindo as possíveis falhas.

Para que o controle seja realizado de forma correta, algumas etapas precisam ser observadas, como o estabelecimento de um padrão, a avaliação da execução do processo controlado, a comparação do resultado da execução com o padrão esperado e ainda a implementação de ações corretivas quando necessárias.

Segundo Chaves (2007, p. 4), “quando o que se pretende é verificar se a gestão do administrador cumpriu todas as normas às quais deveria se submeter, o enfoque adotado é o da conformidade, e o parâmetro principal a ser utilizado é o

conjunto de regras que esse gestor deveria cumprir”. Assim, temos a conformidade como sendo um dos principais aspectos da atividade de controle, mas que passa a dar lugar à fiscalização por resultados com a nova forma de atuação dos TCs.

### **3.1.1 Fortalecimento da fiscalização por resultados a partir do IEGM**

Com a implementação do IEGM pelos TCs do país, houve um fortalecimento da fiscalização por resultados, pois os TCs passaram a analisar os impactos sociais que estão sendo produzidos por meio das políticas públicas (efetividade), bem como o resultado da execução do orçamento público no âmbito municipal (eficiência). As cortes de contas vêm assumindo atribuições que as colocam em uma posição para avaliar o quanto os governos se organizam para gerar valor público por meio de suas atividades (Lopes *et al.*, 2023).

A fiscalização operacional, ou por resultados, verifica o adequado desempenho (eficiência e economicidade) e o cumprimento de metas e resultados (efetividade e eficácia) da gestão dos recursos públicos (Lima, 2018). A fiscalização operacional está relacionada com as ações que asseguram o alcance dos objetivos da entidade, os quais estão postos no PPA e traduzidos em políticas públicas.

Para Faria *et al.* (2023) o planejamento do plano plurianual é fundamental para as políticas públicas que trarão os resultados (impactos) para a sociedade e o seu monitoramento poderá ocorrer por indicadores de efetividade. A abrangência do termo eficiência deve denotar a otimização do emprego dos recursos para atender, da melhor forma, as necessidades da coletividade sem haver diferenciação entre os beneficiários (Garcia, 2008).

Enquanto a economicidade é a capacidade de diminuir os custos dos recursos utilizados no desenvolvimento de determinada atividade, sem comprometer a qualidade. A eficácia explora o grau de alcance das metas programadas em determinado período de tempo, independente dos custos utilizados (Lima, 2018).

Por fim, a efetividade verifica o alcance dos resultados almejados, a longo e médio prazo, ao relacionar os resultados de um conjunto de programas ou intervenções com os efeitos na população (impactos observados) e os objetivos pretendidos (impactos esperados) (Carvalho Filho, 2019).

Para cumprir adequadamente o seu papel, a Administração Pública, nos seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, necessita estar bem estruturada e,



dessa maneira, atuar com eficiência, economicidade, eficácia e efetividade em favor da sociedade (Matias-Pereira, 2010). Nesse sentido, o IEGM auxilia no acompanhamento das políticas públicas municipais quando se propõe a medir a eficiência da gestão pública em suas diversas áreas de atuação, subsidiando os órgãos de controle com elementos que norteiam as ações fiscalizadoras e ajudando a produzir informações úteis para os gestores públicos municipais.

As atividades de controle, por vezes são confundidas com as atividades de auditoria, o que é uma falsa interpretação, pois a auditoria geralmente só é realizada quando solicitada e de tempos em tempos, enquanto as atividades de controle são permanentes e atuam tanto na prevenção como na correção de desvios, independentemente de haver prévia solicitação. Aqui se faz necessária a apresentação da classificação dos tipos de auditoria no setor público, demonstrado no Quadro 3, abaixo.

Quadro 3 - Classificação das Auditorias

Auditoria de gestão	Tem por objetivo emitir opinião, com vistas a certificar-se da regularidade das contas de um gestor. Verifica-se a observância da legalidade nos atos praticados; a probidade na aplicação dos dinheiros públicos; a adequada administração de valores e outros bens da União; a eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; a avaliação dos resultados operacionais e a execução dos programas de governo.
Auditoria de acompanhamento da gestão	Antecipa os trabalhos da auditoria de gestão, sendo realizada ao longo do exercício. Busca evidenciar melhorias e economias no processo, prevenindo gargalos no desempenho da instituição.
Auditoria contábil	Tem por finalidade confirmar os valores apresentados nas demonstrações financeiras
Auditoria operacional ou de desempenho	Objetiva avaliar as ações gerenciais e os procedimentos operacionais, das unidades ou entidades, programas, projetos, atividades, ou segmentos destes. Esse tipo de auditoria consiste numa atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas administrativas e os sistemas operacionais ou informatizados.
Auditoria especial	Objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa da autoridade competente. Classificam-se nesse tipo os demais trabalhos auditoriais não inseridos em outras classes de atividades.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Castro (2018).

Para Dall’Olio (2018) auditoria operacional, a partir de indicadores de efetividade e com foco no ciclo de políticas públicas, contribuirá também para um menor ativismo judicial, uma vez que fornecerá valiosos subsídios para que o gestor público aprimore os produtos e os serviços entregues, com melhor utilização dos

valores compulsoriamente recolhidos da população. O IEGM está inserido dentro do escopo da auditoria operacional.

Dentro do processo de controle existe a atividade de auditoria interna, mas esta não se confunde com a auditoria governamental exercida por órgãos independentes, como é o caso do TCU, que representa a auditoria externa da União. Por outro lado, pode-se afirmar que a atividade de auditoria interna na União é exercida pela Controladoria-Geral da União (CGU), que realiza trabalhos de acompanhamento, controle e correção no âmbito federal.

Nesse sentido, Costa e Silame (2021) defendem que a auditoria e a fiscalização sobre a execução das políticas públicas permitem ao Presidente da República monitorar a atuação dos seus ministros e da burocracia a eles subordinada.

Assim temos dois tipos de atividades de controle que atuam de formas distintas na administração pública, o controle interno e o controle externo. Ambos amparados pela CF de 1988, o controle interno realizado pelas próprias entidades do Estado, e o controle externo realizado pelo Poder Legislativo que é auxiliado pelos TCs.

### **3.1.2 Controle interno**

O Brasil não dispõe de informações claras sobre o surgimento do controle interno, mas as atividades de controle interno na administração pública são desenvolvidas há muito tempo, desde a época da colônia quando se tinha a preocupação com as contas públicas. No entanto, não tinha o foco de gestão que se tem hoje, era um controle que estava mais preocupado em atender à fiscalização.

Nesse sentido, pode-se dizer que o controle interno atuava examinando e validando as informações sob os aspectos da legalidade e da formalidade, como a coordenação e controle de dados referentes ao patrimônio e aos fundos públicos. Não existia nenhuma preocupação com a gestão governamental e com os resultados do gasto público, algo que só ganhou maior importância a partir da criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 1986, que possuía características de Tribunal de Contas.

De acordo com Chaves (2011) a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), define controle interno administrativo como sendo:

o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos das unidades e entidades da Administração Pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público (Chaves, 2011, p. 18).

Fica claro que a atividade de controle interno está intimamente ligada a atividade de controladoria no setor público, pois está inserida dentro desta, por meio da atividade de auditoria interna realizada pelos próprios órgãos da entidade governamental, e que muitas vezes se confunde com a atividade de auditoria realizada por outros órgãos externos.

### **3.1.3 Controle externo**

Segundo Chaves (2007), controle externo é a fiscalização e a apreciação das prestações de contas dos responsáveis pela coisa pública, quando exercidas por um ente que está fora do âmbito no qual o fiscalizado está inserido.

As atividades de controle externo são desenvolvidas por órgãos independentes das instituições que estão sendo auditadas justamente para que haja imparcialidade nas decisões proferidas, o que garante uma maior confiabilidade no acompanhamento das atividades das Cortes de Contas.

No Brasil o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, no âmbito federal. O fato de ser exercido pelo Poder Legislativo é muito positivo, pois preserva a estrutura dos três poderes e limita o poder de seus governantes e gestores, evitando abuso de poder e coibindo desvios de conduta.

No âmbito estadual as atividades de controle externo são exercidas pelas Assembleias Legislativas com apoio dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). No âmbito municipal são exercidas pelas Câmaras Municipais com apoio dos TCEs, ou ainda, dos Tribunais de Contas dos Municípios (TCM)<sup>4</sup>. Os Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro possuem Tribunais de Contas Municipais próprios.

O principal foco de atuação das Cortes de Contas é o controle das despesas, que deve ser realizado para garantir que elas não ultrapassem os limites que foram estabelecidos na lei orçamentária do órgão auditado. Além de zelar pela licitude dos

---

<sup>4</sup> Órgão estadual existente nos estados da Bahia, Goiás e Pará para fiscalização de municípios.

processos e atos praticados na administração pública, sejam no acompanhamento de licitações, concessões, obras públicas, compras, convênios, contratos, entre outras.

Logo, pode-se dizer que a atividade de controle externo nada mais é do que a auditoria da gestão da Fazenda Pública, a verificação dos atos e fatos que são praticados e produzem seus efeitos na administração e na sociedade, feita de forma a resguardar o interesse público e punir os excessos cometidos por maus gestores. Existem diversos mecanismos e formas para realizar a avaliação das políticas públicas, entre eles os índices formulados por órgãos independentes ou de controle (Linhares *et al.*, 2021).

Portanto, o IEGM não avalia só a efetividade da gestão e o controle interno da gestão municipal, mas atua também como um direcionador do controle externo, sendo, muitas vezes, o indicador utilizado para definir onde e como serão exercidas as auditorias nos municípios (Holanda *et al.*, 2022).

Nesse sentido, faz-se importante também, o conhecimento do conceito de auditoria governamental, definido por Chaves (2011, p. 20) como sendo:

o conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.

Conclui-se que auditoria governamental está intimamente ligada a atividade de controle externo, já que sua finalidade básica é comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, além de avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão pública, para garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública.

A atividade de controle tem contribuído para o aprimoramento da gestão pública, principalmente nos pequenos municípios que carecem de mão de obra especializada. Dessa forma, a adoção do IEGM como ferramenta de monitoramento e avaliação pelos TCs possibilitou maior compreensão das realidades municipais quanto à execução das políticas públicas. Na próxima seção, apresenta-se o IEGM e sua relação com as políticas públicas.

#### 4 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM O IEGM

A palavra “política” transmite a ideia de governo, de grupos de pessoas que estão à frente das discussões de ações governamentais em seus diversos níveis, administrando o estado. No estudo de políticas públicas esta palavra está dividida em três dimensões expressas no idioma inglês, que ajudam na compreensão da atividade política do Estado em busca por soluções de governo para problemas públicos, sendo elas: *polity*, *politics* e *policy*.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019) *polity* está relacionado ao ambiente político-institucional onde acontecem os problemas sociais. Enquanto *politics* refere-se à atividade humana ligada à obtenção e manutenção de recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Já *policy* é considerada a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação. É na dimensão *policy* que está inserido o termo “política pública” (*public policy*).

Nesta perspectiva, os autores conceituam política pública a partir da existência de um problema coletivo relevante, considerado público, sobre o qual o Estado precisa propor soluções possíveis, para então decidir se irá atuar sobre aquele problema ou não tomar nenhuma ação a respeito<sup>5</sup>.

Não há na literatura especializada consenso quanto ao estabelecimento de políticas públicas, coexistindo sobre o tema uma abordagem estadocêntrica e outra multicêntrica ou policêntrica (Secchi; Coelho; Pires, 2019). Na abordagem multicêntrica, diversos atores não-estatais, juntamente com atores estatais, podem ser considerados protagonistas no estabelecimento de políticas públicas, enquanto que na perspectiva estadocêntrica, o protagonismo é dos atores estatais, já que a competência é vinculada à personalidade jurídica.

Nesse sentido, têm-se divergências quanto ao tema. A política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito de sua competência e é coletivamente vinculante (Saravia; Ferrarezi, 2006). O que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal (Secchi; Coelho; Pires, 2019). Neste trabalho, assume-se esta perspectiva, pois o IEGM tenta medir a qualidade dos gastos municipais independentemente se foi realizado

---

<sup>5</sup> Para Souza (2006) não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública.

diretamente pelo governo, ou ainda indiretamente, por meio de subvenções.

Posicionamentos teóricos quanto ao nível de operacionalização também causam discordância de entendimento. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019) alguns autores, como Comparato (1997) e Massa-Arzabe (2002), entendem a política pública apenas como diretrizes estruturantes, no nível estratégico, outros autores defendem que ela pode ser composta de mais políticas públicas que a operacionalizam. As políticas públicas são tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

A solução de um problema público dentro do campo da política pública permeia as três dimensões e perpassa todos os níveis das diretrizes. Dentro da dinâmica política (*politics*), os atores identificam os problemas sociais (*polity*) e orientam as ações a serem tomadas (*policy*). Essas ações são traduzidas em diretrizes estruturantes (nível estratégico), planos, programas e projetos (nível tático-operacional) (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Para os autores as políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, entre outras ações. O IEGM tornou-se rotina administrativa de acompanhamento nos TCs, sendo mecanismo de monitoramento e avaliação dos diversos tipos de políticas públicas presentes nas áreas ou setores de intervenção governamental.

#### 4.1 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O tipo de política pública vai determinar a estruturação dos conflitos, das coalizões e o equilíbrio de poder nas dinâmicas de enfrentamento em busca da resolução de interesses entre os atores em um ambiente institucional, dependendo das variáveis envolvidas. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Na literatura existem diversas tipologias de políticas públicas<sup>6</sup>, sendo algumas

---

<sup>6</sup> Além das tipologias de Lowi (1964), outras são bastante citadas na literatura: tipologia de Wilson (1983), tipologia de Gustafsson (1983), tipologia de Gormley (1986) e tipologia de Bozeman e Pandey (2004).

mais conhecidas e utilizadas pelos analistas, classificadas sobre vários critérios. Segundo Souza (2006), a tipologia de Lowi (1964; 1972) foi elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019) a tipologia de Lowi (1964) baseia-se no critério de impacto esperado na sociedade, dividindo-se em quatro tipos: políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas.

Políticas regulatórias estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. Políticas distributivas geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes. Políticas redistributivas concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. Políticas constitutivas são aquelas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Nesse sentido, o IEGM pode ser classificado como uma política regulatória, pois estabelece padrões de referência a serem alcançados na prestação dos serviços públicos ofertados pelas gestões municipais (atores públicos) à sociedade. Também pode ser classificado como uma política constitutiva, já que influencia na elaboração de políticas públicas quando define o que se espera das gestões municipais para serem consideradas efetivas.

## 4.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O ciclo de políticas públicas são as várias fases do processo de elaboração de uma política pública, apresentando variações de acordo com os diversos autores. Para Secchi, Coelho e Pires (2019) este ciclo passa por sete fases principais: i) identificação do problema; ii) formação da agenda; iii) formulação de alternativas; iv) tomada de decisão; v) implementação; vi) avaliação e; vii) extinção.

Alguns autores consideram ainda, o monitoramento como uma fase do ciclo de políticas públicas, enquanto para outros ele está inserido dentro da fase de avaliação. Nesse sentido, entende-se que o IEGM considera o monitoramento como sendo uma fase do ciclo de políticas públicas, pois pode ser utilizado pelo gestor municipal para acompanhamento de suas ações em relação a um problema público, como também pelos TCs para avaliação das ações realizadas.

O problema público pode ser algo novo ou já existente que passou a ganhar importância para atores de políticas públicas que buscam soluções viáveis para ele,

atuando para torná-lo relevante na agenda de prioridades do governo. Assim, a falta de eficiência no setor público é um problema público antigo, mas que ganhou relevância nos últimos anos com o fortalecimento das atividades de controle, amparado pela adoção de políticas de governança.

A formação de agenda é a fase onde os problemas considerados relevantes são elencados, podendo eles entrar e sair da agenda a qualquer momento. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019) alguns autores, como Cobb e Elder (1983), defendem a existência de duas agendas, a agenda política e a agenda formal. Na agenda formal os problemas a serem enfrentados pelo poder público já estão definidos. Na agenda política os problemas ainda estão no âmbito da comunidade política. O IEGM enquadra-se na agenda formal, pois as políticas públicas precisam estar postas no PPA.

Na fase de formulação de alternativas é onde estão concentrados os esforços para construção de soluções viáveis, com a realização de estudos e estabelecimento de objetivos e estratégias, bem como eventuais conseqüências das soluções adotadas. A formulação de alternativas de solução se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das conseqüências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível (Secchi; Coelho; Pires, 2019). O IEGM pode ser uma ferramenta de gestão para ajudar na construção de alternativas para deficiências identificadas no acompanhamento da execução das políticas públicas.

Na fase de tomada de decisão sobre uma política pública em processo de elaboração, os atores entram em consenso sobre as estratégias a serem adotadas para resolver o problema, escolhendo as soluções possíveis dentre as apresentadas na fase de formulação. Alguns modelos tradicionais ajudam no processo de tomada de decisão, com ênfase para o modelo de racionalidade e o modelo incremental.

Para Dye (2010) no modelo racional a política pública deve alcançar o ganho social máximo, não se devem adotar políticas cujos custos excedam os ganhos, mas selecionar as opções políticas que produzam o maior benefício em relação aos custos. Nesse sentido, o IEGM pode ser utilizado para apoiar o gestor na seleção de opções mais eficientes, uma vez que o monitoramento constante das ações desenvolvidas favorece decisões mais racionais.

Por outro lado, o modelo incremental pressupõe continuidade de uma política pública já existente. O incrementalismo vê a política pública como uma continuação



das atividades de governos anteriores com apenas algumas modificações incrementais (Dye, 2010). O debate entre racionalistas e incrementalistas acabou por aprisionar o estudo de políticas públicas à investigação do processo decisório (Brasil; Capella, 2016).

Além desses dois modelos mais tradicionais de tomada de decisão, existe o modelo conhecido como “lata de lixo”, o qual parte do princípio de que existem vários problemas e poucas soluções, as quais já estão prontas e podem ser utilizadas em um dos diversos problemas existentes. De acordo com Souza (2006) o modelo “lata de lixo” foi desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972), argumentando que escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”.

Os resultados concretos de uma política pública são produzidos na fase de implementação, pois é nesse momento que os atores envolvidos irão fazer uso de alguns instrumentos para colocar em prática tudo o que foi pensado como solução de determinado problema. A fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua: executar as políticas públicas (Secchi; Coelho; Pires, 2019). Nesse momento, está subsidiado por relatórios técnicos e objetivos, favorece a mitigação de erros no processo, o que pode ser alcançado com a utilização do IEGM.

A literatura faz menção a dois modelos de implementação de políticas públicas, o modelo *top-down* e o modelo *bottom-up*. O modelo *bottom-up* é conhecido como o modelo de baixo para cima, onde os atores e burocratas do nível de rua possuem maior discricionariedade na implementação e maior poder de decisão. O modelo *top-down* é conhecido como o modelo de cima para baixo, onde as decisões sobre as políticas públicas a serem implementadas são tomadas pelos níveis mais elevados da organização.

Após a implementação, tem-se a fase de avaliação da política pública. A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Existem algumas classificações quanto aos tipos de avaliação de políticas públicas. Conforme o momento da realização da avaliação podem ser *ex ante* quando realizada antes do início de um programa (Jannuzzi, 2015) e *ex post* quando

realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados (Ramos; Schabbach, 2012).

Quanto à natureza podem ser formativas quando relacionadas com a formação do programa (Ramos; Schabbach, 2012) e somativas quando são utilizadas principalmente para subsidiar decisões sobre a continuação, expansão ou modificação de um programa (Jannuzzi, 2015).

Há ainda a classificação sobre a perspectiva de quem avalia e participa do processo de avaliação. Segundo Ramos e Schabbach (2012) as avaliações de políticas públicas podem ser externas quando realizadas por especialistas de fora da instituição responsável pelo programa, internas quando executadas dentro da instituição ou mista, que combina os dois tipos.

Nesse sentido, é possível classificar o IEGM dentro dos tipos de avaliação de políticas públicas da seguinte forma: quanto ao momento *ex post*; quanto à natureza somativas; quanto a quem avalia e participa do processo de avaliação, externas.

Por fim, a última fase do ciclo de políticas públicas é a extinção. A extinção está relacionada com o problema coletivo que a política pública visa combater e pode ocorrer por se mostrar ineficiente, ineficaz, não efetiva, ou ainda, pelo fato do problema não existir mais. E assim como na fase de formação de agenda, depende de janelas de oportunidades.

Apresentadas as fases do ciclo de políticas públicas, faz-se necessário um maior aprofundamento das fases de monitoramento e avaliação, pois é nessas fases que o IEGM está mais presente, ajudando os gestores municipais e órgãos de controle no acompanhamento dos gastos públicos.

#### **4.2.1 O IEGM nas fases de monitoramento e avaliação de políticas públicas**

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas estão intrinsecamente ligados, à medida que o monitoramento fornece informações necessárias para a avaliação, sem as quais avaliar não seria possível. Nesse sentido, Ramos e Schabbach (2012) consideram que o monitoramento é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, para se saber como uma intervenção evolui ao longo do tempo.

Para Passos e Amorim (2018) a implantação de um sistema de avaliação e monitoramento da qualidade da gestão pública municipal a partir de indicadores

pode melhorar o desempenho dos municípios brasileiros na garantia de direitos sociais constitucionalmente assegurados e, ao mesmo tempo, oferecer ao Poder Público, instrumentos capazes de nortear a tomada de decisões e de reorganizar a gestão pública, aperfeiçoando o planejamento estratégico.

Os órgãos de controle têm buscado com o IEGM mapear os resultados alcançados pelas gestões públicas municipais, mas ainda precisam ajustar a metodologia utilizada para que as notas traduzam de fato a realidade. A adoção de metodologias de avaliação adequadas, bem como a incorporação de novas técnicas, tende a elevar a eficiência, eficácia e efetividade social das políticas públicas e a melhorar a capacidade de gestão do Estado (Vianna; Amaral, 2014).

Os principais critérios usados para avaliações de políticas públicas são: economicidade, produtividade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia, efetividade, igualdade e equidade (Secchi; Coelho; Pires, 2019). O IEGM se propõe a avaliar as políticas públicas amparado por critérios como eficiência, eficácia e efetividade.

Dessa forma, avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo (Ramos; Schabbach, 2012).

Para Ramos *et al.* (2021) a avaliação da efetividade das políticas públicas é um desafio que acompanha o desenvolvimento histórico das sociedades e, conforme cada período utiliza-se uma métrica diferente além de se criar mecanismos e estruturas para subsidiar essa avaliação. Nesse sentido, segundo Passos e Amorim (2018), como indicador sintético o IEGM expressa, em uma só medida, diversos aspectos da vida social, permitindo uma avaliação geral da efetividade da gestão municipal sob múltiplas variáveis.

Para Linhares *et al.* (2021) existem diversos mecanismos e formas para realizar a avaliação das políticas públicas, entre eles os índices formulados por órgãos independentes ou de controle. O IEGM é um indicador de controle do gasto público, que possibilita medir com inteligibilidade e simplicidade, o quanto os municípios conseguem satisfazer das necessidades dos cidadãos, através da avaliação das políticas públicas (Passos; Amorim, 2018).

Embora avaliar políticas públicas municipais seja uma atividade contínua na Administração Pública, ainda falta maturidade no processo de avaliação, pois o

IEGM se propõe a avaliar a efetividade, mas observa-se que está mais relacionado com a eficiência, já que foca nos resultados obtidos e não na qualidade alcançada. A avaliação qualitativa das políticas públicas é algo incipiente e as Cortes de Contas, com seu corpo técnico especializado, sua capilaridade e seu conhecimento acumulado, podem contribuir muito para que referida visão se torne realidade na Administração Pública (Dall’Olio, 2018).

Percebe-se que não basta apenas avaliar políticas públicas sobre a perspectiva da eficácia, mas também da eficiência e efetividade, além de mostrar os resultados da avaliação para a sociedade e para os próprios gestores públicos. Nesse sentido, o IEGM tem subsidiado os TCs com informações que auxiliam no monitoramento e avaliação das políticas públicas dos municípios. Na sequência, apresentam-se os principais estudos publicados sobre o IEGM no período de 2018 a 2023.

## 5 PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE O IEGM NA LITERATURA (2018-2023)

Para realização do levantamento da literatura pertinente à pesquisa, foram definidas quatro bibliotecas virtuais e três termos-chave para identificação dos trabalhos. Procedeu-se a leitura dos resumos para confirmação e validação da temática. Na sequência, fez-se a exclusão daqueles em duplicidade e consolidação dos encontrados em mais de uma plataforma. Por fim, a seleção dos trabalhos aptos para inclusão na revisão.

As buscas foram realizadas nas bibliotecas virtuais: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Periódicos CAPES) e Google Acadêmico. Por ser o tema um índice criado no Brasil em 2015 pelo TCESP, foram priorizadas plataformas nacionais, delimitando os resultados para documentos no idioma português. O recorte temporal utilizado foi o período de 2015-2023, por compreender o ano de criação do índice e o momento de execução desta revisão.

Os termos-chave utilizados para a pesquisa foram: “IEGM”, “IEG-M” e “Índice de Efetividade da Gestão Municipal”. Considerando todos os resultados antes da exclusão das duplicidades e consolidação, a busca retornou 723 trabalhos, assim divididos: SciELO (1 resultado), SPELL (10 resultados), Periódicos CAPES (27 resultados) e Google Acadêmico (685 resultados). A pesquisa retornou qualquer documento que fizesse menção aos termos-chaves, por isso, justifica-se o número expressivo de resultados na última plataforma (Google Acadêmico), sendo muitos deles duplicados<sup>7</sup>.

Após a leitura dos resumos dos trabalhos retornados na pesquisa realizada, a exclusão dos trabalhos duplicados e a consolidação daqueles que eram pesquisas que tinha o IEGM como objeto principal, chegou-se ao número de 15 trabalhos selecionados. Destes 15 trabalhos, 13 são artigos que foram publicados em revista científica, 1 foi apresentado em Simpósio e 1 trata-se de dissertação de mestrado.

O Quadro 4 apresenta a distribuição dos 15 trabalhos utilizados nesta revisão de literatura, por seus autores, ano de publicação, local de publicação, revista,

---

<sup>7</sup> É comum na plataforma Google Acadêmico trabalhos com mais de um autor retornar com mais de uma chamada. Por exemplo, se um artigo tem dois autores o buscador retorna dois resultados o que faz com que muitos trabalhos apareçam em duplicidade e até com mais resultados.

dissertação ou congresso, e a classificação Qualis. Nesse Quadro é possível observar a variedade de autores que já escreveram sobre o tema de pesquisa IEGM e que apenas o autor Aridelmo Teixeira (2020; 2021) apareceu em mais de uma publicação. Dessa forma, com relação à autoria dos trabalhos tem-se 43 autores distintos.

Quadro 4 – Distribuição dos trabalhos por autor, lugar de publicação e Qualis

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Local de Publicação</b>	<b>Revista/Dissertação/Congresso</b>	<b>Qualis</b>
Passos; Amorim	2018	Revista	Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)	B2
Alves; Lee	2019	Revista	<i>Contribuciones a Las Ciencias Sociales</i>	A4
Silva Neto; Reis; Ribeiro	2020	Revista	Journal of Accounting Management and Vernance (JAMG)	A3
Carvalho Costa; Souza; Carvalho; Siena	2020	Revista	Revista de Administração de Roraima - RARR	B1
Aguiar; Teixeira; Beiruth	2020	Revista	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	A3
Speeden; Perez	2020	Revista	Administração Pública e Gestão Social	A3
De Araújo; Bezerra Filho; Teixeira; Motoki	2021	Revista	Revista Catarinense da Ciência Contábil	A3
Alcure Neto; Nossa; Teixeira; Moreira	2021	Revista	Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)	A2
Linhares; Marini; Gazolla; Santos	2021	Simpósio	Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional	Sem Qualis
Ramos; Carvalho Silva; Cerqueira; Queiroz	2021	Revista	Cadernos de Finanças Públicas	B3
Lima	2022	Biblioteca	Catálogo USP - Dissertação	Sem Qualis
Moura; Júnior	2022	Revista	Economia e Políticas Públicas	B3
Holanda; Lima; Santos; Sousa	2022	Revista	Revista do CEJUR/TJSC	A3
Silva; Bezerra Filho	2023	Revista	Sinergia	B1
Neto; Lima; Diniz	2023	Revista	Contexto (UFRGS)	A4

Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia levantada (2024).

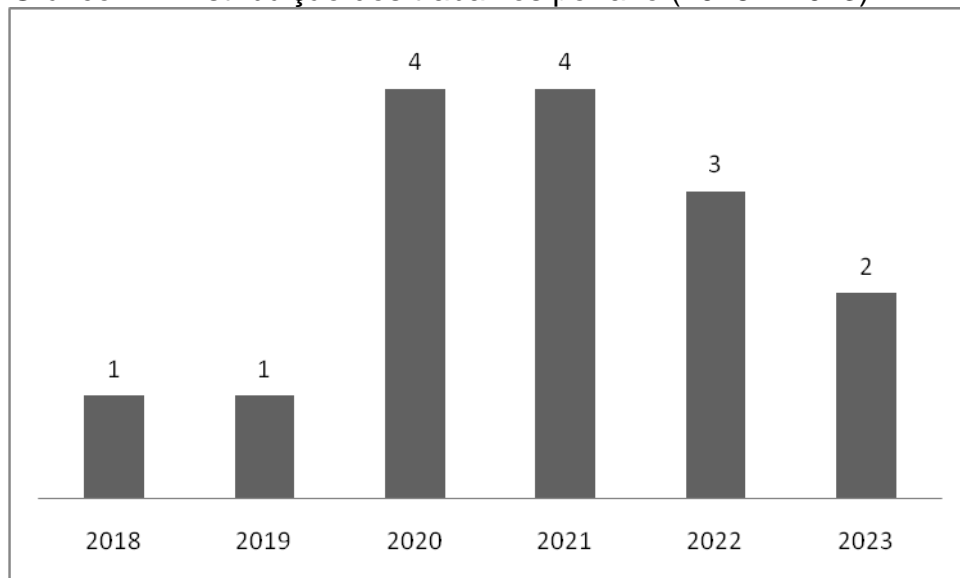
Quando considerado o local de publicação dos trabalhos analisados na revisão da literatura, embora dos 15 trabalhos, 13 artigos estejam publicados em revistas, percebe-se que há diversificação dessas revistas, pois cada artigo está publicado em um local diferente. Além disso, foi utilizada na pesquisa uma dissertação de mestrado disponível em biblioteca eletrônica e um artigo disponível em Simpósio. Esse tipo de análise demonstra o quanto o conhecimento sobre o

tema ainda está imaturo do ponto de vista acadêmico, dado que o tema é relativamente novo e ainda foi pouco pesquisado.

O Gráfico 1 mostra a distribuição dos trabalhos por ano. Considerando que o IEGM foi criado no ano de 2015, é aceitável que o primeiro trabalho publicado sobre o tema tenha sido somente no ano de 2018, justamente abordando a construção do índice (Passos; Amorim, 2018).

Da mesma forma, o ano de 2019 teve apenas um trabalho publicado. Já nos anos de 2020 e 2021 foram encontrados quatro trabalhos em cada ano, boa parte deles já explorando dados comparativos com base em anos anteriores. A partir do ano de 2022, que foram encontrados três trabalhos publicados, é possível perceber que os estudos já conectam os resultados apurados do IEGM à atuação dos TCs nos estados sobre o controle de resultados na Administração Pública. Por fim, no ano de 2023, limite temporal desta pesquisa, foram encontrados dois trabalhos, sendo que um deles já menciona o impacto do IEGM na regularidade das contas públicas (Costa Neto; Lima; Diniz, 2023).

Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhos por ano (2018 – 2023)



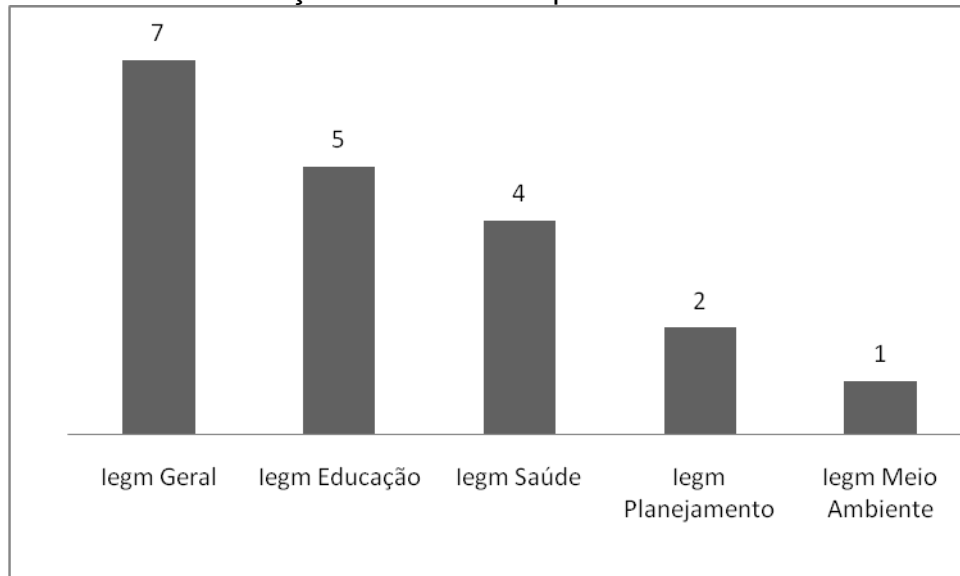
Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia levantada (2024).

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos trabalhos por dimensões do IEGM. Nota-se que quase 50% dos trabalhos considerados na revisão da literatura (sete trabalhos), abordam o IEGM de forma geral, sem explorar a fundo nenhuma das sete dimensões que o compõe. Quando se analisa o gráfico por dimensão, é nítido que o iegm educação e o iegm saúde são os mais citados pela literatura mobilizada.

Dos cinco trabalhos que tratam do iegm educação e dos quatro que tratam do iegm saúde, três abordam simultaneamente o iegm educação e saúde (Aguiar, Teixeira e Beiruth, 2020; Carvalho Costa *et al.*, 2020; Ramos *et al.*, 2021). Ademais, um deles aborda o iegm meio ambiente (Carvalho Costa *et al.*, 2020). Isso demonstra a importância do IEGM que pode ser utilizado como ferramenta de gestão na condução das políticas públicas setoriais municipais.

Ressalta-se que as dimensões educação e saúde possuem peso de 20% na composição do IEGM Geral, enquanto a dimensão meio ambiente possui peso de 10%. Também foram mobilizados dois trabalhos que versam sobre a dimensão planejamento, índice com peso de 20% na composição do IEGM Geral. Já índices de menos representatividade na composição do índice principal não foram citados (iegm cidades protegidas e iegm Governança em Tecnologia da Informação).

Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos por dimensões do IEGM

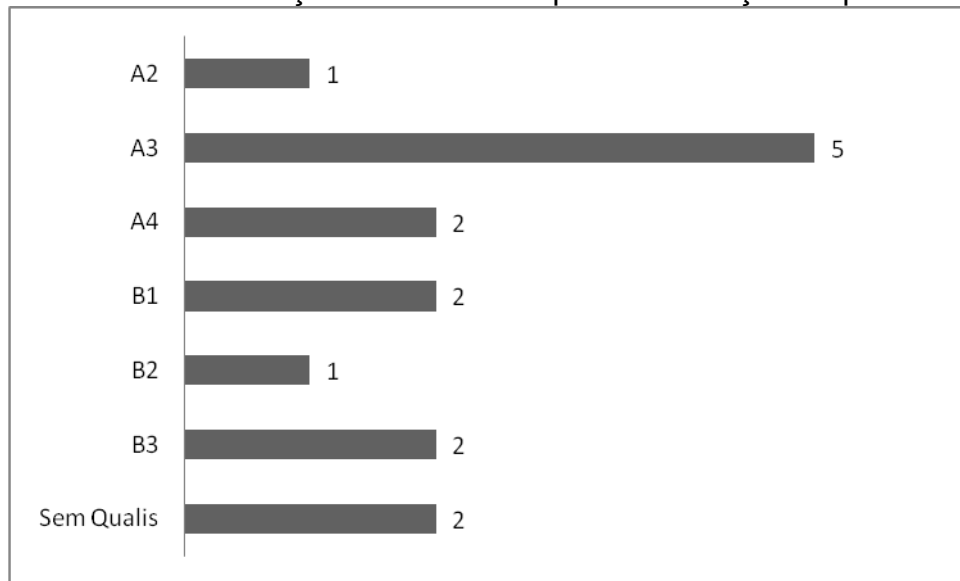


Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia levantada (2024).

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos trabalhos por classificação de periódicos. Observa-se que oito dos quinze trabalhos considerados na revisão, estão classificados com Qualis “A”, sendo cinco deles Qualis “A3”, o que demonstra a qualidade dos artigos publicados. A pesquisa considerou ainda cinco trabalhos com Qualis na classificação “B” e apenas dois trabalhos que não possuem nenhuma classificação, sendo eles, uma dissertação de mestrado e um artigo apresentado em Simpósio.



Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhos por classificação de periódicos



Fonte: elaborado pelo autor com base na bibliografia levantada (2024).

Após a leitura dos 15 trabalhos selecionados, os principais achados de cada pesquisa foram descritos e organizados de forma cronológica de publicação.

O trabalho realizado por Passos e Amorim (2018) analisou a construção do IEGM, concluindo que foi construído conforme orientam as teorias, constituindo-se um mecanismo de controle do gasto público que permite aferir, com relativa simplicidade e inteligibilidade, quanto os municípios satisfazem as necessidades dos cidadãos. Esse estudo nos anos iniciais da avaliação foi importante para validar que o desempenho da gestão municipal pode ser medido de forma eficaz por indicadores. Todas as fontes de dados são passíveis de validação, inclusive aquelas oriundas de questionários que, dada sua maior suscetibilidade de manipulação, são validadas com visitas/verificações *in loco* das informações prestadas (Passos; Amorim, 2018). Os autores constataram que no IEGM é possível checar as informações disponibilizadas pelos Municípios, garantindo confiabilidade dos resultados avaliados, sem necessariamente criar um aumento de custos para os TCs. Segundo a pesquisa, a efetividade foi definida como a correspondência das ações governamentais aos requerimentos dos munícipes nas áreas analisadas, sendo verificada em diversas fontes de dados, que quando combinados permitem medir a responsividade dos governos municipais aos reclames de seus cidadãos.

Alves e Lee (2019) realizaram uma análise dos municípios cearenses quanto ao IEGM 2017. Constataram que das 184 cidades do estado, apenas a capital (Fortaleza) está na faixa “B+”, considerada gestão muito efetiva, sendo a melhor

colocada. Segundo a pesquisa realizada por eles, a maior parte das cidades está na faixa “C+”, correspondente a gestão em fase de adequação. Os autores apresentaram alguns achados importantes quando relacionaram o objeto de estudo com outras variáveis, tais como tamanho da população, a idade, a receita tributária e o gasto com saúde. Estas variáveis se mostraram como fatores influenciadores do IEGM da amostra. Além disso, foi verificado que os municípios que gastam mais com saúde não são os mais efetivos. No estudo a efetividade está relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM). Segundo os autores, “algumas cidades conseguem ser efetivas na gestão, mesmo tendo menor volume de PIB *per capita*”, e os “municípios mais populosos têm maior efetividade da gestão municipal” (Alves; Lee, 2019, p. 19-21). Esses achados permitem compreender que a melhoria da efetividade contribui para que o município também melhore outros índices, o que significa melhoria na oferta dos serviços públicos, garantindo maior qualidade de vida aos cidadãos, melhor transparência e maior efetividade na gestão governamental (Alves; Lee, 2019)<sup>8</sup>.

Silva Neto, Reis e Ribeiro (2020) realizaram análise semelhante nos municípios do estado do Pará, e verificaram que nenhum município teve sua gestão classificada como muito efetiva (B+) ou altamente efetiva (A) no IEGM 2017. Dos 144 municípios fiscalizados pelo TC, 97 participaram, sendo que 74 registraram os piores níveis de efetividade e 4 apresentaram nível de gestão efetiva (B). Os autores constataram que a principal dificuldade dos municípios paraense está no indicador da dimensão planejamento, que obteve o mais baixo nível de adequação e pode influenciar no alcance de melhores resultados nas demais dimensões. O planejamento é a base para a formulação e a implementação de políticas públicas e de novas estratégias de gestão que propiciem as condições adequadas para o processo de desenvolvimento local (Silva Neto; Reis; Ribeiro, 2020).

Carvalho Costa *et al.* (2020) analisaram o IEGM dos municípios do estado de Rondônia referente ao período 2015-2016, um total de 50 municípios avaliados com foco principal nas dimensões de educação, saúde e meio ambiente. Nas três dimensões analisadas com mais profundidade, foram identificadas piores nos resultados, que somado ao desempenho de outros índices, contribuíram para o baixo desempenho agregado do estado. Os autores constataram que os municípios

---

<sup>8</sup> O estudo de Alves e Lee (2019) será utilizado como referência para replicação parcial na realização desta pesquisa.

do estado estão com baixo nível de adequação, observando-se ainda uma piora no desempenho quando comparado ao IEGM do período anterior. Os índices em que os municípios tiveram, em sua maioria, pior avaliação no ano de 2016, foram os índices de Planejamento e Cidades Protegidas, com 47 e 45 avaliações C (Baixo Nível de Adequação), respectivamente.

Aguiar, Teixeira e Beiruth (2020) realizaram pesquisa para avaliar como os investimentos em educação e saúde impactaram no IEGM dos 78 municípios do estado do Espírito Santo, considerando o período de 2015 a 2017. Os autores fizeram uso da análise de correlação, teste de hipótese e regressão, partindo da hipótese de que “quanto maiores os valores investidos em saúde por habitante e em educação por aluno, melhores os índices de efetividade” (Aguiar; Teixeira; Beiruth, 2020, p. 8). Os testes de hipótese demonstraram que “na educação, independente de se estar no grupo efetivo ou não efetivo, o investimento médio por aluno é o mesmo” (Aguiar; Teixeira; Beiruth, 2020, p. 9) e na saúde “o grupo de municípios classificados como efetivos, investem em média menos do que os municípios considerados não efetivos” (Aguiar; Teixeira; Beiruth, 2020, p. 10). A pesquisa apresentou achados relevantes “não há diferença considerável nas notas entre os municípios que investem mais para os que investem menos” e “a efetividade na saúde é mais elevada do que na educação” (Aguiar; Teixeira; Beiruth, 2020, p. 24). Embora existam municípios que tenham investido cerca de sete vezes mais em educação por aluno, as notas possuem um baixo percentual de dispersão, não havendo diferença considerável nas notas entre municípios que investem menos.

Speeden e Perez (2020), com base na dimensão de Planejamento do IEGM, analisaram os fatores que impactam na qualidade do planejamento orçamentário dos municípios do estado de São Paulo. Dentro dessa perspectiva, os autores consideraram fatores apontados pela literatura como: iniciativas de transparência, existência de equipe de planejamento e controle interno formalmente instituído no município, concluindo que há baixo impacto desses fatores sobre a qualidade das peças orçamentárias. A Pesquisa contribuiu com novas descobertas sobre o tema, segundo os autores “municípios maiores possuíam notas do i-Planejamento piores que os municípios de menor porte” (Speeden; Perez, 2020, p. 4) e “os municípios com maior orçamento *per capita* têm melhores notas relacionadas ao planejamento orçamentário” (Speeden; Perez, 2020, p. 4). Apenas 64 (10%) dos municípios estão na faixa “A”, enquanto outros 131 (20%) estão na faixa “B+” e 112 (17%) na faixa

“B”. Mais de 50% dos municípios estão inseridos nas duas faixas inferiores: faixa “C” (242 ou 38% dos municípios) e faixa “C+” (95 ou 15% dos municípios).

Araujo *et al.* (2021) investigaram os fatores determinantes da efetividade das gestões municipais no Brasil com base em dados do IEGM dos anos de 2015 a 2017. A pesquisa realizada mostrou um aumento de gestões consideradas não efetivas no período analisado, demonstrando por meio de testes estatísticos fatores que diferenciam municípios efetivos dos não efetivos. Constataram que o aumento da população e a reeleição do prefeito aumentam significativamente a chance de o município atingir um bom nível de efetividade. Pode-se admitir, com 95% de confiança, que a população, a quantidade de candidatos a prefeito de um município, a reeleição e a reprovação de contas anuais pelo TCE são fatores que explicam as diferenças de efetividade das gestões municipais.

Alcure Neto *et al.* (2021) se propuseram a pesquisar a efetividade da gestão educacional nas escolas públicas municipais sob o enfoque do indicador de efetividade I-Educ, relacionando-o com outros indicadores de qualidade educacional. Os pesquisadores constataram que “o aumento das matrículas no modelo tempo integral (ETI), impacta positivamente na efetividade da gestão educacional do município (I-Educ)” (Alcure Neto *et al.*, 2021, p.12), além de ter “associação positiva com os indicadores Prova Brasil, TRM<sup>9</sup> e ETI<sup>10</sup>” (Alcure Neto *et al.*, 2021, p.4). Para os autores, é possível considerar que a literatura já deu um passo importante na validação do I-Educ como modelo de acompanhamento da política pública educacional municipal com foco no impacto gerado das ações de governo. Esse resultado revela a qualidade da avaliação do I-Educ, contribuindo para a apreciação das contas municipais por parte dos TCs que utilizam o I-Educ como indicador de desempenho (Alcure Neto, *et al.*, 2021). Os gestores municipais ganharam ferramentas de gestão educacional com a divulgação dos dados do IEGM, pois é possível verificar a realidade local do seu município. Os requisitos formadores do I-Educ se mostram consistentes em monitorar a retenção e aprovação do aluno ano após ano, retratado no TRM, bem como o aprendizado do aluno da rede pública municipal, acompanhado pela Prova Brasil.

Linhares *et al.* (2021) analisaram o nível de desenvolvimento das regiões

---

<sup>9</sup> Taxa de Rendimento Municipal.

<sup>10</sup> Escola em Tempo Integral.

brasileiras a partir da perspectiva do IEGM. Foram utilizados dados disponíveis de todos os municípios brasileiros do período de 2015 a 2018, agrupando-os em municípios com resultados efetivos (faixas A, B+ e B) e municípios com resultados em adequação (faixas C+ e C). Para os autores, os indicadores permitem verificar qual o nível de desenvolvimento de municípios e regiões, e evidenciam as desigualdades regionais. Nas avaliações regionais, é possível notar que as regiões norte e nordeste apresentam maior parcela dos municípios em faixas de adequação do IEGM, enquanto nas regiões sul e sudeste, apresentam resultados com maior efetividade (Linhares *et al.*, 2021) evidenciando desigualdades regionais. Os achados do trabalho enfatizam que a maioria dos municípios está dentro da faixa de resultados considerados efetivos nas dimensões educação, saúde e gestão fiscal, enquanto nas dimensões de planejamento, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação estão na faixa de resultados considerados pouco efetivos. Além disso, a pesquisa revela que a maior parcela dos municípios se encontra na faixa “C+”, em fase de adequação.

Ramos *et al.* (2021) pesquisaram a relação entre o controle social exercido pelos conselhos gestores de educação e saúde e o IEGM nos municípios da região metropolitana de Salvador. Alguns achados foram apresentados “a efetividade da gestão e o fomento dos conselhos gestores independem do porte do município” e “o tamanho do município não exerce influência sobre a condução de políticas públicas na área de saúde e educação” (Ramos *et al.*, 2021, p. 21). Enquanto o quantitativo de reuniões do conselho de saúde indica certo impacto na composição do IEGM, o conselho de educação não demonstra impacto na construção do índice específico de educação e, por conseguinte, no IEGM.

Lima (2022) em dissertação apresentada à Universidade de São Paulo (USP) analisou o índice de efetividade da gestão municipal em saúde dos municípios paulistas, pesquisando a relação entre os indicadores socioeconômicos e os resultados apresentados pelo I-Saúde. Os resultados apresentados indicaram que alguns indicadores como PIB *per capita* Municipal e Taxa de Escolarização podem estar parcialmente relacionados com as notas do I-Saúde.

Moura e Ferreira Júnior (2022) analisaram em que medida os mecanismos de controle e de promoção da governança, consubstanciados no índice de efetividade da gestão municipal em educação (i-Educ) estão aderentes aos resultados obtidos no índice de desempenho da educação básica (Ideb). Para os pesquisadores, a

crescente demanda da sociedade por maior controle, transparência, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos motivou a evolução das bases em que se estrutura o setor público. Os resultados evidenciaram que mais de 75% dos municípios tiveram crescimento na nota média do Ideb, quando aplicado aos anos iniciais, enquanto mais de 50% dos municípios apresentaram taxas negativas de crescimento quando aplicado aos anos finais do ensino fundamental. Os indicadores contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de controle e da governança em benefício de uma gestão pública transparente e eficaz.

Holanda *et al.* (2022) analisaram o IEGM das treze cidades do Maciço de Baturité (Ceará) e seu reflexo nas políticas públicas desenvolvidas nesses municípios nos anos de 2017 e 2018. A pesquisa revelou que o número de habitante e a renda *per capita* não são fatores determinantes na efetividade municipal. Os municípios ainda estão aquém do esperado para uma gestão de qualidade, em que o planejamento estratégico seja o maior indicador de uma gestão de competência comprometida com o desenvolvimento do município e o bem-estar da população (Holanda *et al.*, 2022). A pesquisa evidenciou que existe uma lacuna entre o planejamento das ações de governança e a gestão dos gestores municipais, comprovando que existe um abismo entre as ações que foram planejadas e as que realmente foram executadas. Esse resultado mostra a importância do IEGM como ferramenta de acompanhamento dos órgãos de controle para direcionar o gasto público de forma eficiente. Os autores defendem o controle interno como ferramenta necessária para que as políticas públicas constantes no PPA sejam condizentes com o orçamento executado. O desenvolvimento do controle interno nos municípios analisados poderia evitar a oscilação entre os índices, trazendo maior consistência à gestão e amarração entre planejamento e execução, terminando por impulsionar a efetivação de políticas públicas orçadas.

Silva e Bezerra Filho (2023) analisaram a relação do IEGM – Planejamento (2015-2016), com fatores externos de ordem fiscal, político-partidária, transparência, geográfica e social. Os resultados indicaram que existe relação negativa da inscrição dos restos a pagar pelos municípios com maiores IEGM - Planejamento e relação positiva com as variáveis “prefeito está exercendo o seu segundo mandato”, “o prefeito ser do mesmo partido do governador do estado” e “grau de transparência ativa”. Segundo os autores, o grau de transparência ativa dos municípios pode estar associado ao planejamento municipal. Além disso, foi observado que o total de

receita arrecadada por município não tem relação com o fato de o prefeito ser do mesmo partido do presidente da república, para fins do IEGM.

Costa Neto, Lima e Diniz (2023) analisaram a influência da efetividade da gestão municipal no julgamento das contas anuais de municípios paraibanos pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCEPB) nos anos de 2016, 2017 e 2018. A pesquisa constatou que baixos índices de efetividade das gestões municipais influenciam nas contas julgadas irregulares, sendo que quanto menor o índice de efetividade da educação e da saúde, maiores as chances de as contas serem julgadas irregulares pelo TCEPB. Os autores mostraram estatisticamente que a aprovação das contas municipais está diretamente relacionada ao nível de efetividade das políticas públicas municipais. Há uma probabilidade de que, quanto menor o índice de efetividade, maiores as chances de as contas serem julgadas irregulares pelo TCEPB. Assim, também é possível inferir que os municípios com maior IEGM têm maiores chances de terem contas aprovadas.

O levantamento dos achados desses quinze trabalhos considerados na revisão da literatura é importante para ajudar na compreensão dos resultados desta pesquisa, uma vez que direcionam para procedimentos metodológicos mais adequados e consolidam ou refutam resultados já alcançados. Na sequência, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos e a forma como foi conduzida a pesquisa, bem como as justificativas pertinentes. Para tanto, são apresentadas as caracterizações da pesquisa e da análise com o detalhamento da coleta de dados e de sua operacionalização. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quali-quantitativa e delineamento documental.

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos pretendidos, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois foi realizada com base na coleta de dados para identificar os fatores que influenciaram na efetividade da gestão municipal de municípios do estado de Minas Gerais de acordo com a amostra definida. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno e podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (Gil, 2022).

Quanto à abordagem do problema, trata-se de pesquisa quali-quantitativa, considerando que usou de técnicas estatísticas para identificar a relação da variável dependente “IEMG 2023” com variáveis independentes, realizando análise comparativa entre municípios e descrevendo a relação dos fatores pesquisados. Nas pesquisas quantitativas, os resultados são apresentados em termos numéricos e, nas qualitativas, mediante descrições verbais (Gil, 2022).

Por fim, foi adotada a pesquisa documental como delineamento, visto que foram consultados dados primários de fontes externas disponíveis em sites de governo. Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações (Marconi; Lakatos, 2021).

As coletas foram realizadas nos sites Portal Fiscalizando com o TCE (<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/modulo-iegm/sobre>), a variável “IEMG 2023”; no Portal IBGE Cidades e Estados do Brasil ([www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)), as variáveis independentes “população” e “PIB per capita”; no Portal Fiscalizando com o TCE (<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio>), as variáveis “percentual da receita realizada”, “dependência de receitas de transferências” e “gasto com saúde”.



Inicialmente, a pesquisa seria realizada com nove variáveis independentes, mas nos testes estatísticos preliminares algumas apresentaram colineariedade, o que reduziu o número em quatro variáveis, sendo elas: receita tributária, percentual da despesa executada, percentual do gasto com pessoal e gasto com educação. Diante disso, esta pesquisa foi realizada com cinco variáveis independentes, abaixo descritas com os efeitos esperados em relação à variável dependente “IEGM 2023”.

A variável população (Pop) foi inserida na pesquisa para medir o quanto o quantitativo populacional de um município pode influenciar no IEGM. Espera-se efeito positivo, conforme outros estudos já demonstraram (Alves; Lee, 2019; Araújo *et al.*, 2021), embora também tenha estudo que constatou efeito contrário (Holanda *et al.*, 2022).

A variável PIB per capita (PibPc) foi incluída para verificar se a renda da população influencia o IEGM. Espera-se efeito positivo, pois cidadão com renda maior, menor será a insatisfação com a gestão municipal, já que pode usufruir mais das riquezas produzidas no município.

A variável Percentual da Receita Realizada (PercRec) busca verificar se municípios que conseguiram atingir maior nível de arrecadação em relação ao projetado para o exercício, possuem melhor IEGM. Espera-se efeito positivo, pois mais recursos arrecadados, significa mais recursos para investimentos.

A variável Dependência Receitas de Transferências (DepRecTr) busca medir se municípios com maior valor de receitas provenientes de recebimentos da União e do Estado possuem melhor IEGM. Espera-se efeito positivo, pois mais recursos recebidos, significa mais recursos para investimentos.

A variável Gasto com Saúde (Gsaúde) busca verificar o quanto os gastos nessa área influenciaram o IEGM. Espera-se efeito positivo para a variável, pois quanto mais investimentos realizados, maior deve ser o índice de aplicação. Estudos realizados demonstraram efeito negativo para a variável Gsaúde (Aguiar; Teixeira; Beiruth, 2020; Alves; Lee, 2019).

As variáveis da pesquisa foram organizadas com a descrição do tipo de variável, a informação da variável e sua sigla correspondente, o efeito esperado, além da disponibilidade das páginas web onde os dados foram coletados, com as instruções de consulta. O Quadro 5 evidencia as variáveis escolhidas para a realização desta pesquisa.

Quadro 5 - Variáveis da pesquisa

Tipo	Informação	Sigla	Disponibilidade	
Dependente	IEGM 2023	IEGM	Portal Fiscalizando com o TCE, módulo IEGM. Seleciona Mapa dos municípios de MG > escolhe o município e o ano de 2022. <a href="https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/modulo-iegm/sobre">https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/modulo-iegm/sobre</a>	Efeito esperado
Independente	População	Pop	Portal IBGE Cidades. Menu > municípios > pesquisa por nome. Seção "População" (dados censo 2022). <a href="https://cidades.ibge.gov.br/">https://cidades.ibge.gov.br/</a>	Positivo
	PIB per capita	PibPc	Portal IBGE Cidades. Menu > municípios > pesquisa por nome. Seção "Economia" (dados 2021). <a href="https://cidades.ibge.gov.br/">https://cidades.ibge.gov.br/</a>	Positivo
	Percentual da Receita Realizada	PercRec	Obtido pela razão receita arrecadada 2022 / receita prevista 2022. Portal Fiscalizando com o TCE > digita município e ano 2022 > Demonstrativos Fiscais LRF consulta > RREO > Balanço Orçamentário. <a href="https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio">https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio</a>	Positivo
	Dependência Receitas de transferências	DepRecTr	Obtido pela razão (transferências correntes + transferências de capital) / total das receitas. Portal Fiscalizando com o TCE > digita município e ano 2022 > Demonstrativos Fiscais LRF consulta > RREO > Balanço Orçamentário. <a href="https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio">https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio</a>	Positivo
	Gasto com Saúde	Gsaúde	Portal Fiscalizando com o TCE > digita município e ano 2022 > Demonstrativos Fiscais LRF consulta > RREO > ASPS > Gasto Saúde. <a href="https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio">https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio</a>	Positivo

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A pesquisa realizada por Alves e Lee (2019) contemplava inicialmente uma variável referente ao gasto com educação, mas que foi suprimida por questões metodológicas. Também havia sido inserida uma variável relacionada ao gasto com educação, mas por conta da multicolineariedade apresentada com a população municipal e com o gasto com saúde, essa variável foi retirada dos testes (Alves; Lee, 2019).

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE

Esta pesquisa busca replicar, em parte, o desenho de pesquisa de Alves e Lee (2019) ao analisarem o IEGM dos municípios cearenses no ano de 2017. Por limitações metodológicas, esta pesquisa não replicará as análises comparativas por mapa de calor com outros índices. Considerando que o estado de Minas Gerais possui um total de 853 municípios, sendo o estado que tem o maior número de municípios do Brasil, optou-se por uma amostragem que fosse representativa de todo o estado.

Dessa forma, o universo desta pesquisa compreende uma amostra de 91 municípios que representam as treze Regiões Geográficas Intermediárias do estado de Minas Gerais, o que possibilita diversificação dos dados coletados para análise.

Inicialmente foram selecionados 75 municípios por serem os principais de cada Região Geográfica Imediata. Posteriormente, com a coleta de dados realizada no Portal Fiscalizando com o TCE, módulo iegm, observou-se que dos 853 municípios do estado, apenas 759 (89%) responderam os questionários IEGM para terem apuração de nota. Destes, apenas um município, Belo Horizonte, obteve nota na faixa “B” (efetiva); 24 municípios obtiveram nota na faixa “C+” (baixo nível de adequação) e 734 municípios obtiveram nota na faixa “C” (em fase de adequação). Nenhum município obteve nota nas faixas “A” (altamente efetiva) e B+ (muito efetiva) no IEGM 2023 (dados 2022).

Considerando que dos 24 municípios que obtiveram a nota na faixa “C+”, 09 já estavam na amostra inicial, fez-se a opção de acrescentar os 15 municípios restantes na amostra, com a finalidade de obter maior pluralidade nos dados. Além disso, foi incluído o município de Extrema por conveniência do pesquisador. Assim, a amostra totaliza 91 municípios, o que representa 12% do total dos municípios respondentes do questionário. Destes, 1 município está na faixa “B”, 24 municípios estão na faixa “C+” e 66 municípios estão na faixa “C”.

De acordo com o IBGE<sup>11</sup>, as Regiões Geográficas Imediatas são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, enquanto as Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões

---

<sup>11</sup> <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

Geográficas Imediatas. Dessa forma, espera-se que a amostra pesquisada apresente multiplicidade de resultados, permitindo compreender melhor a efetividade da gestão municipal dos municípios do estado de Minas Gerais.

O Quadro 6 detalha as 13 Regiões Geográficas Intermediárias do estado de Minas Gerais, os municípios sede de cada Região Geográfica Imediata que compõem as Regiões Geográficas Intermediárias, bem como os 15 municípios que estão na faixa C+ do IEGM 2023 e foram acrescentados na amostra.

Quadro 6 - Municípios por Região Geográfica Intermediária e IEGM 2023

Nº	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	IEGM 2023 - Faixa "C+"
1	Belo Horizonte	Belo Horizonte, Sete Lagoas, Santa Bárbara-Ouro Preto, Curvelo, Itabira.	Lagoa Santa
2	Montes Claros	Montes Claros, Janaúba, Salinas, Januária, Pirapora, São Francisco, Espinosa.	Itacarambi
3	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni, Capelinha, Almenara, Diamantina, Araçuaí, Pedra Azul, Águas Formosas.	Itamarandiba
4	Governador Valadares	Governador Valadares, Guanhães, Mantena, Aimorés-Resplendor.	Frei Inocência, Engenheiro Caldas
5	Ipatinga	Ipatinga, Caratinga, João Monlevade.	Santana do Paraíso, Coronel Fabriciano
6	Juiz de Fora	Juiz de Fora, Manhuaçu, Ubá, Ponte Nova, Muriaé, Cataguases, Viçosa, Carangola, São João Nepomuceno-Bicas, Além Paraíba.	Tombos
7	Barbacena	Barbacena, Conselheiro Lafaiete, São João del Rei.	Barroso, Nazareno
8	Varginha	Varginha, Passos, Alfenas, Lavras, Guaxupé, Três Corações, Três Pontas-Boa Esperança, São Sebastião do Paraíso, Campo Belo, Piumhi.	Arceburgo, Ibituruna, Bom Jesus da Penha
9	Pouso Alegre	Pouso Alegre, Poços de Caldas, Itajubá, São Lourenço, Caxambu-Baependi, Extrema.	
10	Uberaba	Uberaba, Araxá, Frutal, Iturama.	Campo Florido, Santa Juliana
11	Uberlândia	Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo	
12	Patos de Minas	Patos de Minas, Unaí, Patrocínio.	
13	Divinópolis	Divinópolis, Formiga, Dolores do Indaiá, Pará de Minas, Oliveira, Abaeté.	

Fonte: elaborado pelo autor com base no IBGE (2024).

O Quadro 7, abaixo, apresenta a distribuição dos municípios por Região Geográfica Intermediária, demonstrando a diversidade da amostra, o que contribui para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 7 - Distribuição dos municípios por Região Geográfica Intermediária

Nome da Região Geográfica Intermediária	Municípios por Região Geográfica Intermediária
Belo Horizonte	7 municípios
Montes Claros	8 municípios
Teófilo Otoni	8 municípios
Governador Valadares	7 municípios
Ipatinga	5 municípios
Juiz de Fora	12 municípios
Barbacena	5 municípios
Varginha	14 municípios
Pouso Alegre	7 municípios
Uberaba	6 municípios
Uberlândia	3 municípios
Patos de Minas	3 municípios
Divinópolis	6 municípios

Fonte: elaborado pelo autor com base no IBGE (2024).

Os dados foram tabulados no software Microsoft Excel e analisados por meio de estatística descritiva, análise de matriz de correlação e estimação de modelo de regressão no software RStudio. Além disso, foram realizados testes estatísticos na validação do modelo com apoio de um *expert*.

A fim de verificar a adequação do modelo, realizou-se o *variance inflation factor* (VIF) que mede a quantidade de colinearidade que uma variável tem com outras variáveis independentes no modelo. Para Gujarati e Porter (2011), se o VIF for maior que 10, essa variável é tida como altamente colinear. Ao realizar essa análise os VIFs fornecidos indicam que não há uma multicolinearidade nas variáveis do modelo, pois as variáveis independentes não parecem estar excessivamente correlacionadas entre si, conforme demonstrado abaixo.

	lpop	lpibpc	DepRecTr	lgsaúde	PercRec
<b>VIF</b>	2,585681	2,639714	2,681754	2,637797	1,121255

O teste de *Breusch-Pagan* não encontrou evidências significativas de heterocedasticidade nos erros do modelo de regressão. Isso indica que a suposição de variância constante dos erros é válida para o modelo, conforme abaixo.

Breusch-Pagan	df	p-value
8.0333	5	0.1544

Já no *teste reset*, que verifica a adequação do modelo, o p-valor alto sugere que não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula de que o modelo está bem especificado. Ou seja, não há evidências estatísticas de que a forma funcional do modelo esteja inadequada, conforme abaixo.

RESET	df 1	df 2	p-value
0.071562	2	82	0.931

Diante do exposto, foi proposto o modelo abaixo com a finalidade de avaliar o quanto as variáveis independentes utilizadas influenciaram na variável dependente “IEGM 2023”.

$$IEGM_i = \beta_0 + \beta_1 \log Pop_i + \beta_2 \log PIBpercapita_i + \beta_3 dependReceitadeTranf_i + \beta_4 \log GastosSaúde_i + \beta_5 PercenReceitas_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

## 7 ANÁLISES E RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentadas as análises e os resultados da pesquisa. Inicialmente, será apresentado o comportamento do IEGM dos municípios da amostra nos últimos anos, com ênfase na análise comparativa das notas do IEGM 2022 com as notas do IEGM 2023, quando houve uma mudança de metodologia na apuração dos resultados. Na sequência será feita a análise do perfil dos municípios do estado de Minas Gerais no IEGM 2023, cujo intuito é verificar a situação das notas do IEGM principal e das sete dimensões que o compõe, inclusive com mapas de calor de cada dimensão.

Já com base nos dados estatísticos, será realizada análise multivariada em relação ao IEGM 2023 dos municípios da amostra, apresentando a estatística descritiva das variáveis e a matriz de correlação. Por fim, será feita a análise do modelo de regressão estimado com a finalidade de identificar quais variáveis do modelo influenciaram nas notas do IEGM 2023.

### 7.1 COMPORTAMENTO DO IEGM DOS MUNICÍPIOS NOS ÚLTIMOS ANOS

Para melhor compreensão dos resultados apresentados no IEGM 2023 (dados 2022), esta seção demonstra como foram os resultados do IEGM dos 91 municípios da amostra desde 2015, quando começou a ser avaliado pelo TCEMG. Ressalta-se que o objetivo não é comparar os resultados ano a ano, mas somente apresentar os resultados da avaliação.

Para tanto, foi necessário visitar os manuais do IEGM disponíveis (2017 a 2023) no Portal Fiscalizando com o TCE<sup>12</sup> e analisar a metodologia utilizada para enquadramento nas faixas de resultado. Constatou-se que da avaliação do ano de 2015 até a avaliação do ano de 2022 não houve mudanças substanciais na metodologia, porém na avaliação do ano de 2023, houve uma grande mudança. Diante disso, optou-se por apresentar o comparativo dos resultados do IEGM 2022 com os resultados do IEGM 2023 dos municípios da amostra. O Quadro 8 apresenta as regras para aplicação das faixas de resultado.

---

<sup>12</sup> <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/modulo-iegm/sobre>.

Quadro 8 - Regras para aplicação das faixas de resultado

Regras de rebaixamento aplicadas às faixas de resultado		Ano do Manual IEGM
I	REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO: quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.	2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023
II	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-EDUC quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação.	2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023
III	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-SAÚDE: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 15% na Saúde.	2019, 2020, 2021, 2022, 2023
IV	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-FISCAL: quando a despesa com pessoal do Poder Executivo ultrapassar o limite de 54%.	2023
V	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-FISCAL: quando as Operações de Crédito Realizadas ultrapassarem Despesas de Capital Liquidadas no exercício.	2023
VI	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-EDUC: quando não ocorrer o atingimento da aplicação do FUNDEB de 90% no exercício avaliado.	2023
VII	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-EDUC: quando não ocorrer o atingimento da aplicação do FUNDEB Profissionais de Educação de 70% com os Profissionais da Educação no exercício avaliado.	2023
VIII	DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-AMB: quando o IQR for classificado como INADEQUADO.	2023

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos Manuais IEGM (2024).

Observa-se no quadro acima que nos anos de 2017 e 2018 o TCEMG utilizava apenas duas regras para rebaixamento das notas dos municípios dentro das faixas de resultado. Realocação para faixa de resultado de nota “C” quando não observado o contido no Art. 29-A da CF/88<sup>13</sup> e diminuição de um grau na nota geral do I-Educ quando não atingir a aplicação mínima de 25% na educação, ou seja, rebaixamento para faixa inferior àquela obtida pelo município no I-Educ.

A partir da avaliação do ano de 2019 foi inserida mais uma regra para rebaixamento das notas dentro das faixas de resultado. O município que não atingir a aplicação mínima de 15% na saúde terá sua nota diminuída em um grau na nota geral do I-Saúde. Essas três regras para aplicação das faixas de resultado foram mantidas até a avaliação do ano de 2022. Verifica-se que as três regras utilizadas até o ano de 2022 estão estritamente ligadas a obrigações constitucionais, com caráter meramente legalista.

Para a avaliação do IEGM do ano de 2023, o Manual acrescentou cinco novas regras de rebaixamento dos municípios aplicadas às faixas de resultado,

<sup>13</sup> Percentuais do total da despesa do Poder Legislativo Municipal.



conforme demonstrado no quadro 8. Duas relacionadas à diminuição de um grau na nota geral do I-Fiscal, quando a despesa com pessoal do Poder Executivo ultrapassar o limite de 54% e quando as operações de crédito realizadas ultrapassarem despesas de capital liquidadas no exercício. Verifica-se que essas duas regras, além de estarem ligadas a obrigações constitucionais, são pressupostos da LRF.

Outras duas regras acrescentadas a partir da avaliação do ano de 2023 estão relacionadas à dimensão educação, mais especificamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Os municípios que não atingirem no ano avaliado os percentuais de aplicação de 90% do FUNDEB ou 70% do valor do FUNDEB nos profissionais de educação terão suas notas diminuídas em um grau na nota geral do I-Educ, para cada um desses limites.

Por fim, a quinta regra acrescentada a partir da avaliação do ano de 2023 está relacionada à dimensão meio ambiente. O município que tiver o Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos (IQR) classificado como inadequado, terá diminuição de um grau na nota geral do I-Amb.

Os resultados apresentados nas avaliações dos anos de 2015 a 2022, enquanto as regras de rebaixamento aplicadas às faixas de resultado eram as mesmas, não mostraram grandes variações. Já na avaliação do ano de 2023 houve mudança significativa na quantidade de municípios por faixa. O Quadro 9 evidencia os resultados obtidos pelos municípios da amostra no período de 2015 a 2023.

Quadro 9 - Resultados do IEGM dos municípios da amostra - 2015 a 2023

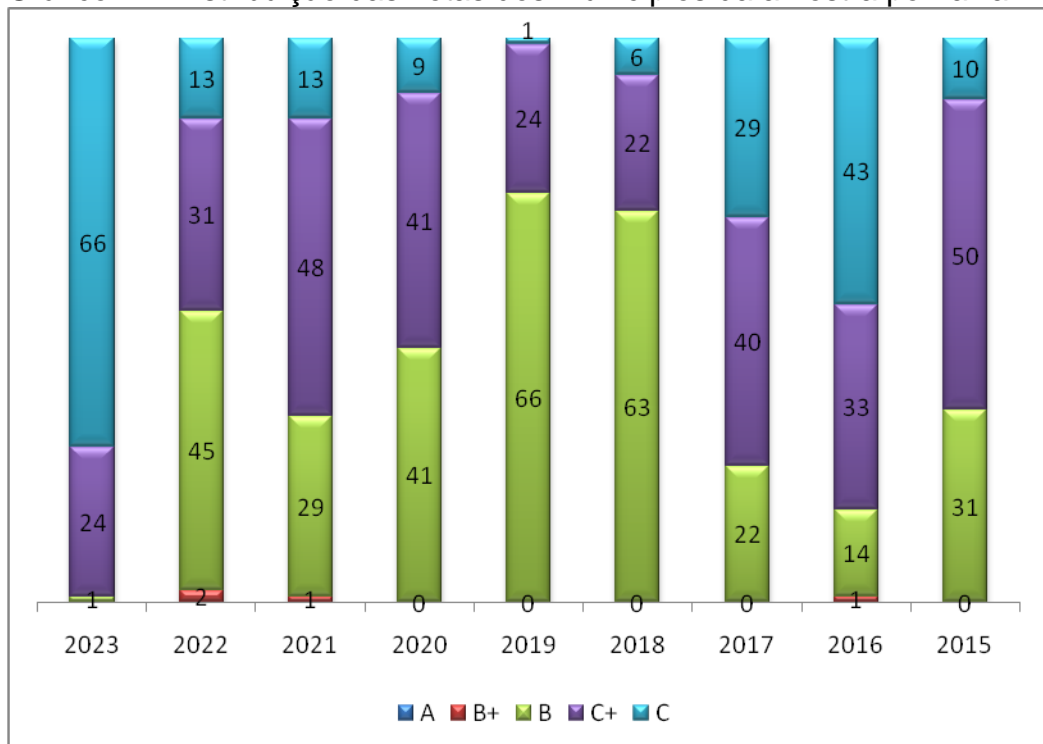
Faixa Ano	A	B+	B	C+	C
2015	0	0	31	50	10
2016	0	1	14	33	43
2017	0	0	22	40	29
2018	0	0	63	22	6
2019	0	0	66	24	1
2020	0	0	41	41	9
2021	0	1	29	48	13
2022	0	2	45	31	13
2023	0	0	1	24	66
<b>Quantidade</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>312</b>	<b>313</b>	<b>190</b>

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Portal Fiscalizando com o TCE (2024).

Nota-se no Quadro acima que no período de 2015 a 2023, nenhum município da amostra obteve nota na faixa “A”, considerada altamente efetiva. Apenas quatro municípios obtiveram nota na faixa “B+”, considerada muito efetiva, sendo eles: Extrema em 2016, Santa Juliana em 2021, Belo Horizonte e Santa Juliana em 2022. Nas faixas “B”, considerada efetiva, e “C+”, considerada em fase de adequação, é onde está concentrada a maior parte das notas obtidas no período, sendo 312 notas “B” e 313 notas “C+”, e apenas o município de Belo Horizonte com nota “B” no ano de 2023. Na faixa “C”, considerada baixo nível de adequação, estão concentradas 190 notas, e apenas o município de Ouro Preto com nota “C” no ano de 2019.

O Gráfico 4, abaixo, permite melhor visualização dos resultados obtidos pelos 91 municípios da amostra no período de 2015 a 2023, por ano e por faixa.

Gráfico 4 – Distribuição das notas dos municípios da amostra por faixa



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Portal Fiscalizando com o TCE (2024).

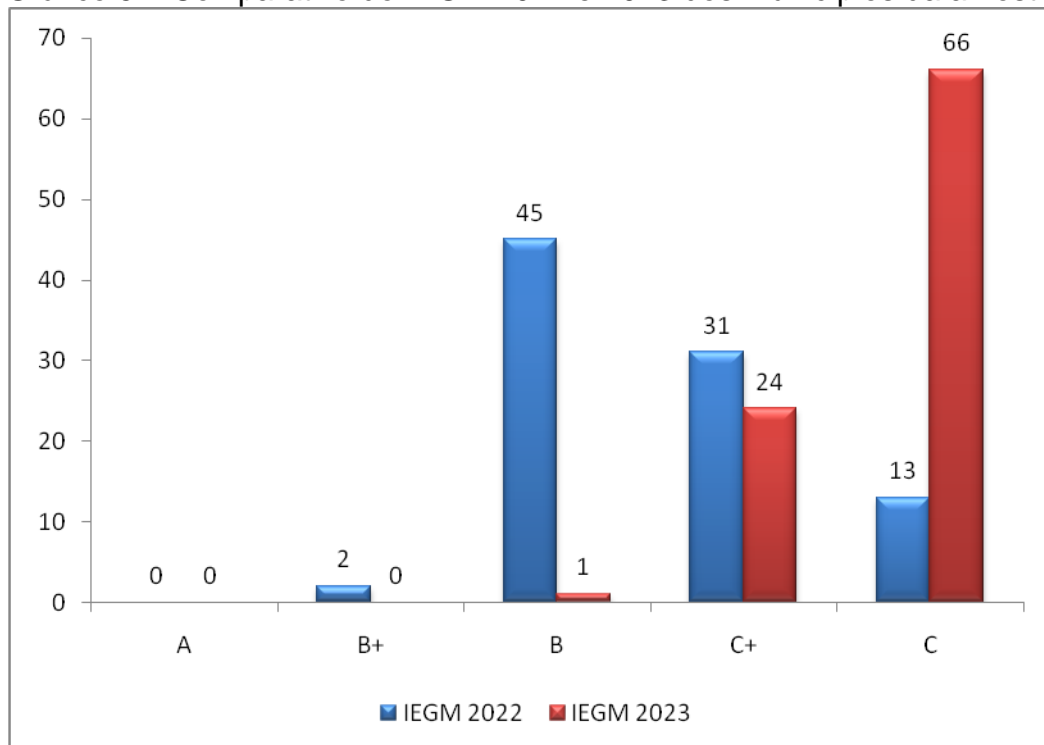
Percebe-se que no ano de 2015 apenas 10 municípios obtiveram nota “C”, 50 municípios obtiveram nota “C+” e 31 municípios obtiveram nota “B”. No ano de 2016 apenas um município na faixa “B+”, 14 municípios na faixa “B”, 33 municípios na faixa “C+” e 43 municípios na faixa “C”. Em 2017 um total de 22 municípios na faixa “B”, 40 municípios na faixa “C+” e 29 municípios na faixa “C”.

Do ano de 2018 a 2020 foi o período que a maior parte dos municípios da amostra conseguiu os melhores resultados. Em 2018 apenas 6 municípios obtiveram nota “C”, 22 municípios nota “C+” e 63 municípios nota “B”. Em 2019 apenas 1 município ficou na faixa “C”, 24 municípios ficaram na faixa “C+” e 66 municípios ficaram na faixa “B”. Em 2020 apenas 9 municípios obtiveram nota “C”, 41 municípios obtiveram nota “C+” e 41 municípios nota “B”.

Nos anos de 2021 e 2022 os resultados foram parecidos, com pequena variação entre as faixas “C+” e “B”. Em 2021 apenas 1 município conseguiu a nota “B+”, 29 municípios ficaram na faixa “B”, 48 municípios ficaram na faixa “C+” e 13 municípios na faixa “C”. Em 2022 apenas 2 municípios obtiveram nota “B+”, 45 municípios nota “B”, 31 municípios nota “C+” e 13 municípios nota “C”. Já em 2023, apenas 1 município ficou na faixa “B”, 24 municípios ficaram na faixa “C+” e a maior parte, 66 municípios, ficaram na faixa “C”, pior faixa de resultado.

Em razão da mudança de metodologia de avaliação do ano de 2022 para 2023, com a inclusão de cinco novas regras de rebaixamento aplicadas às faixas de resultado, elaborou-se o Gráfico 5 com o comparativo do IEGM 2022 e 2023 dos 91 municípios. O Gráfico ajuda a compreender o impacto causado por essa mudança.

Gráfico 5 – Comparativo do IEGM 2022 e 2023 dos municípios da amostra



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Portal Fiscalizando com o TCE (2024).

Observa-se no Gráfico acima que nas avaliações de 2022 e 2023 nenhum município obteve nota na faixa “A”. No ano 2022 apenas 2 municípios (Belo Horizonte e Santa Juliana) estavam na faixa “B+”, porém em 2023 não houve municípios nessa faixa. Na faixa “B” ocorreu mudança significativa, pois 45 municípios que estavam nessa faixa foram rebaixados para faixas inferiores, enquanto o município de Belo Horizonte, antes na faixa “B+”, foi o único município na faixa “B” em 2023. Já o município de Santa Juliana que também estava na faixa “B+”, passou a integrar a faixa “C+” em 2023.

A faixa “C+” tinha 31 municípios em 2022 e passou a ter apenas 24 municípios em 2023. Quando analisado os dados abertos, observa-se que desses 24 municípios, 7 já estavam classificados na faixa “C+” em 2022, 16 eram classificados como “B” e apenas 1 era classificado como “B+”, ou seja, foi rebaixado duas faixas em 2023. Isso significa dizer que dos municípios da amostra, nenhum obteve melhora de faixa do ano de 2022 para 2023 e 30 municípios, um terço da amostra, foram rebaixados duas faixas de resultado.

Quando observado a quantidade de municípios na faixa “C” fica claro o impacto da mudança de metodologia nas notas dos municípios da amostra. Em 2022 apenas 13 municípios estavam nessa faixa, passando a 66 municípios em 2023, o que representa um aumento de 400% de municípios classificados como baixo nível de adequação ao IEGM. Na próxima seção, será apresentado o perfil desses municípios nas sete dimensões que compõem o IEGM geral.

## 7.2 ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IEGM 2023

Considerando os 91 municípios da amostra, a maior nota obtida em uma escala de 0,00 a 100 foi de 62 pontos pelo município de Belo Horizonte; por outro lado, oito municípios<sup>14</sup> obtiveram nota 0,00, figurando no IEGM na faixa “C”, baixo nível de adequação. Quando apurada a nota média da amostra, obtém-se 40,13, o que permite classificá-la na faixa “C”, ou seja, baixo nível de adequação. Na Tabela 1 encontra-se a distribuição do IEGM dos municípios por faixa.

---

<sup>14</sup> Ouro Preto, Montes Claros, Januária, Espinosa, Capelinha, Aimorés, Manhuaçu e Pouso Alegre.

Tabela 1 - IEGM-2023 dos municípios da amostra por faixa

Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
B	1	1,10	1,10
C+	24	26,37	27,47
C	66	72,53	100,00
Total	91	100,00	..

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Observa-se na Tabela 1 que dos 91 municípios pertencentes à amostra selecionada, nenhum obteve nota na faixa de resultados “A”, considerada uma gestão altamente efetiva. Da mesma forma, nenhum município obteve nota na faixa “B+”, considerada gestão muito efetiva. Já na faixa “B”, considerada gestão efetiva, aparece apenas o município de Belo Horizonte (capital do estado), ou seja, os municípios da amostra não são efetivos na gestão pública.

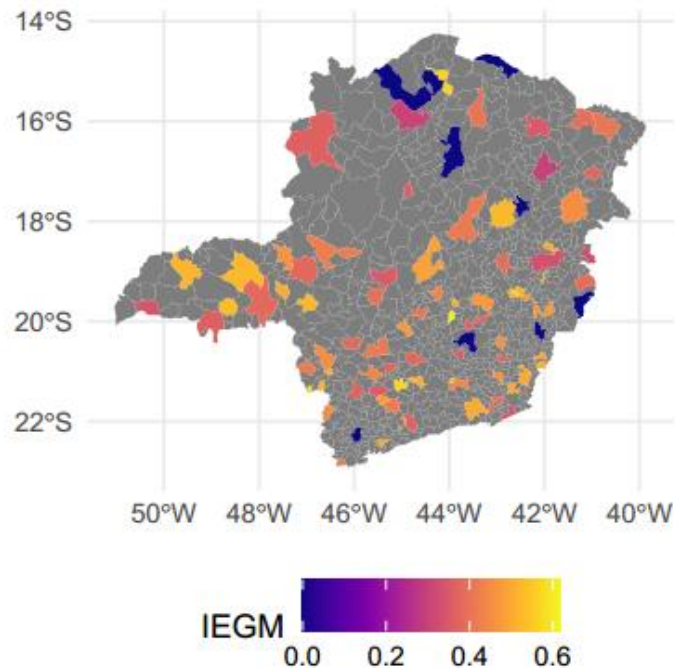
Por outro lado, muitos municípios da amostra estão na faixa “C”, considerado baixo nível de adequação, representando 72,53% da amostra, o que significa que tiraram nota no IEGM 2023 menor que 50%. Por fim, 26,37% dos municípios da amostra estão na faixa “C+”, considerada em fase de adequação, totalizando 24 municípios dos 91 pesquisados.

Esses dados mostram o quanto os municípios do estado de Minas Gerais precisam melhorar suas gestões, levando em consideração a amostra estudada. Por serem municípios tidos como representativos em suas regiões, esperava-se que apresentassem resultados mais positivos, uma vez que os municípios que compõem as Regiões Geográficas Imediatas possuem melhores estruturas para gerir os recursos públicos. Esse resultado reflete a mudança de metodologia do IEGM no último ano, com a inclusão de novas regras para aplicação das faixas de resultado, o que permite rebaixamento de faixa.

Para facilitar a visualização dos dados apresentados nas tabelas de cada dimensão, fez-se uso de mapas de calor<sup>15</sup>. Essa técnica ajuda a compreender como que a amostra está distribuída no estado de Minas Gerais e quais as regiões que concentram os municípios com as melhores e piores notas da amostra analisada. Na sequência, apresenta-se o mapa de calor do IEGM 2023 (Figura 2).

<sup>15</sup> Para leitura dos mapas de calor considerar a cor mais forte (azul) como sendo os piores resultados e a cor mais clara (amarela) como sendo os melhores resultados. A pior nota pode ser 0,00 e a melhor nota pode ser 100,00.

Figura 2 - Mapa de Calor de Minas Gerais – IEGM 2023



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

### 7.2.1 Análise da dimensão educação – i-Educ

Tabela 2 - i-Educ-2023 dos municípios da amostra por faixa

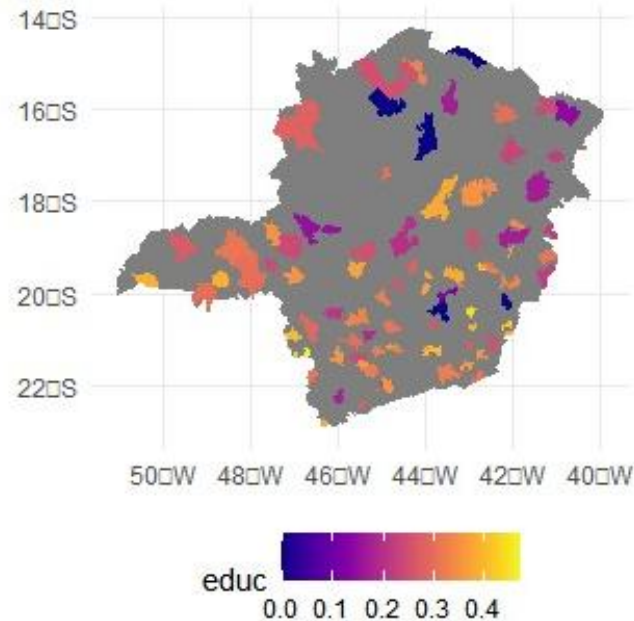
Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
C	91	100,00	100,00
Total	91	100,00	..

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quando analisados os indicadores que compõem o IEGM geral, o resultado que mais surpreende é relativo ao IEGM educação, pois todos os municípios da amostra estão classificados na faixa “C”, como baixo nível de adequação, ou seja, todos obtiveram notas inferiores a 50%. Isso pode estar relacionado ao fato do i-Educ possuir três critérios de rebaixamento nas regras aplicadas às faixas de resultado, conforme o Manual IEGM, 2023.

Essa constatação é inesperada, uma vez que os municípios precisam investir um percentual mínimo de 25% da arrecadação de impostos na educação, esperava-se resultado melhor na dimensão. Embora nenhum município tenha atingido os 50%, o município de Guaxupé foi o que mais se aproximou, com nota de 47 pontos, o que refletiu no IEGM geral do município que está classificado na faixa “C+”. Abaixo, apresenta-se o mapa de calor da dimensão educação (Figura 3).

Figura 3 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Educ



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

### 7.2.2 Análise da dimensão saúde – i-Saúde

Tabela 3 - i-Saúde-2023 dos municípios da amostra por faixa

Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
B	19	20,88	20,88
C+	27	29,67	50,55
C	45	49,45	100,00
Total	91	100,00	..

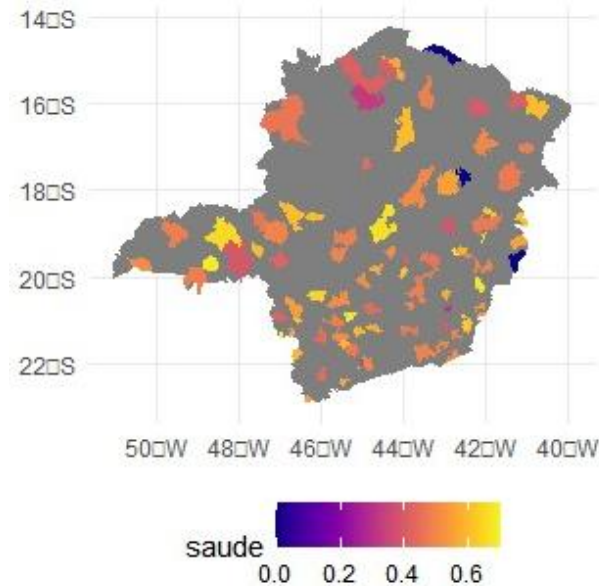
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A dimensão saúde apresentou resultado equilibrado, com 19 municípios classificados na faixa “B” (20,88%), 27 municípios classificados na faixa “C+” (29,67%) e 45 municípios classificados na faixa “C” (49,45%). Haja vista que os municípios também precisam investir um percentual mínimo de 15% da receita da arrecadação de impostos na área da saúde, os resultados quando comparados com a dimensão educação, são melhores, mesmo com um percentual obrigatório menor.

Considerando que os municípios, em regra, sempre fazem a aplicação dos percentuais mínimos para não incorrerem em reprovação da prestação de contas anuais, pode-se deduzir que mesmo aplicando valores maiores na área de educação em relação à área de saúde, isso não impacta tanto na efetividade da dimensão

educação, como tem impactado na dimensão saúde, validando os achados do estudo de Aguiar; Teixeira e Beiruth (2020). Abaixo, apresenta-se o mapa de calor da dimensão saúde (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Saúde



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

### 7.2.3 Análise da dimensão planejamento – i-Plan

Tabela 4 - i-Plan-2023 dos municípios da amostra por faixa

Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
B+	10	10,99	10,99
B	12	13,19	24,18
C+	13	14,28	38,46
C	56	61,54	100,00
Total	91	100,00	..

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

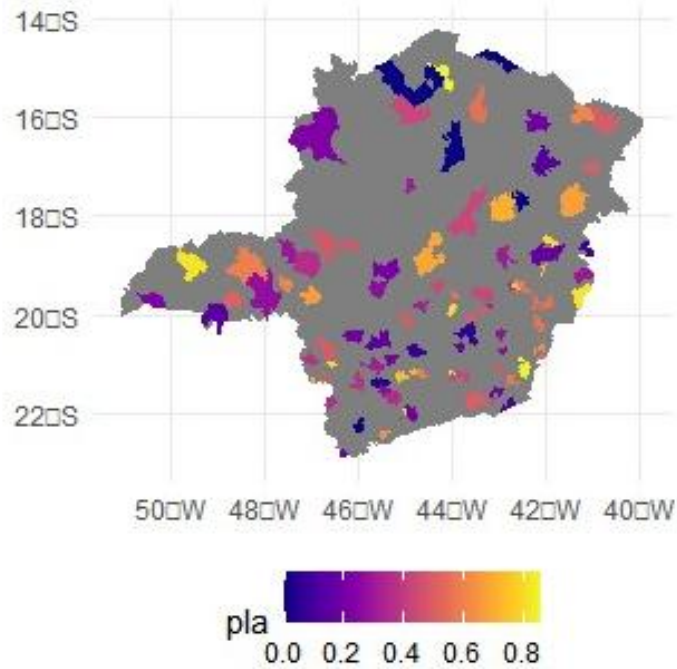
A dimensão planejamento apresenta resultados variados, com 10 municípios na faixa “B+” (10,99%), 12 municípios na faixa “B” (13,19%), 13 municípios na faixa “C+” (14,28%) e 56 municípios na faixa “C” (61,54%). Embora o planejamento seja um pilar para a efetividade das gestões públicas, observa-se que 69 municípios estão nas duas piores faixas do índice, o que representa 75,82% da amostra. Isso pode ser um indicativo da razão das notas do IEGM geral estarem baixas.

Por outro lado, na dimensão planejamento, juntamente com a dimensão



idades, é onde se observa o maior número de municípios classificados na faixa “B+”, considerada muito efetivo. O planejamento é tão importante na Administração Pública que dos 10 municípios muito efetivos na dimensão, um está com a nota do IEGM geral na faixa “B” e sete estão na faixa “C+”. Abaixo, mapa de calor da dimensão planejamento (Figura 5).

Figura 5 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Plan



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

#### 7.2.4 Análise da dimensão fiscal – i-Fiscal

Tabela 5 - i-Fiscal-2023 dos municípios da amostra por faixa

Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
B	46	50,55	50,55
C+	27	29,67	80,22
C	18	19,78	100,00
Total	91	100,00	..

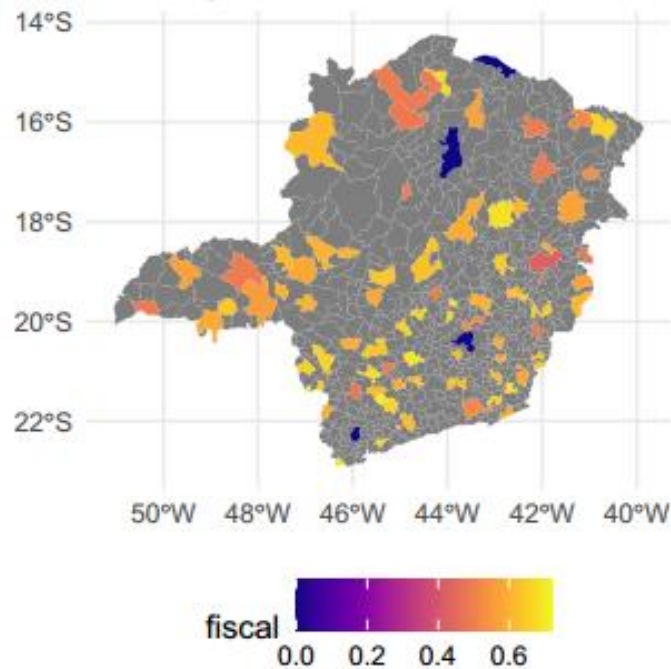
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A dimensão fiscal é a que apresenta o maior número de municípios na faixa “B”, considerada efetiva, sendo 46 do total da amostra, o que representa 50,55%. Considerando que a dimensão fiscal tem como um de seus objetivos de análise a execução financeira e orçamentária, pode-se dizer que os municípios da amostra possuem boa administração dos recursos arrecadados e isso reflete na melhora do

IEGM geral, já que o peso dessa dimensão é de 20% na composição da nota.

Observa-se que de todos os índices que compõem o índice principal, também é no i-Fiscal que se encontra o menor número de municípios na pior faixa (C), em fase de adequação. Isso pode ser reflexo da forma de apuração deste índice, já que ele tem como fonte as informações remetidas via SICOM, conforme o Manual IEGM, 2023. Abaixo, apresenta-se o mapa de calor da dimensão fiscal (Figura 6).

Figura 6 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Fiscal



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

### 7.2.5 Análise da dimensão ambiental – i-Amb

Tabela 6 - i-Amb-2023 dos municípios da amostra por faixa

Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
B+	1	1,10	1,10
B	1	1,10	2,20
C+	2	2,20	4,40
C	87	95,60	100,00
Total	91	100,00	..

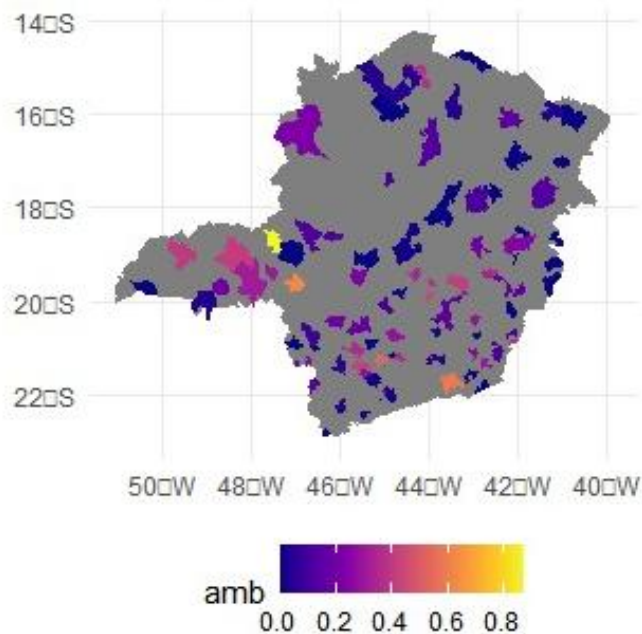
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A dimensão ambiental apresentou o segundo pior desempenho de todos, sendo melhor apenas que a dimensão educação. Apresentou 1 município na faixa “B+” (Monte Carmelo), 1 município na faixa “B” (Araxá) e dois municípios na faixa

“C+” (Juiz de Fora e Lavras), sendo que 87 municípios estão na faixa “C”, considerada baixo nível de adequação, o que representa 95,60% da amostra.

Observa-se nas notas do i-Amb uma quantidade grande de municípios com notas 0,00 nessa dimensão, sendo um total de 25 (27,5%) dos 91 municípios pesquisados, enquanto nas demais dimensões esse número não passa de 5 (5,5%) municípios. Isso pode estar relacionado com falhas no preenchimento do questionário IEGM ou falta de dados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), já que a apuração do índice considera essas informações na composição dos resultados.

Figura 7 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Amb



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

### 7.2.6 Análise da dimensão cidades protegidas – i-Cidade

Tabela 7 - i-Cidade-2023 dos municípios da amostra por faixa

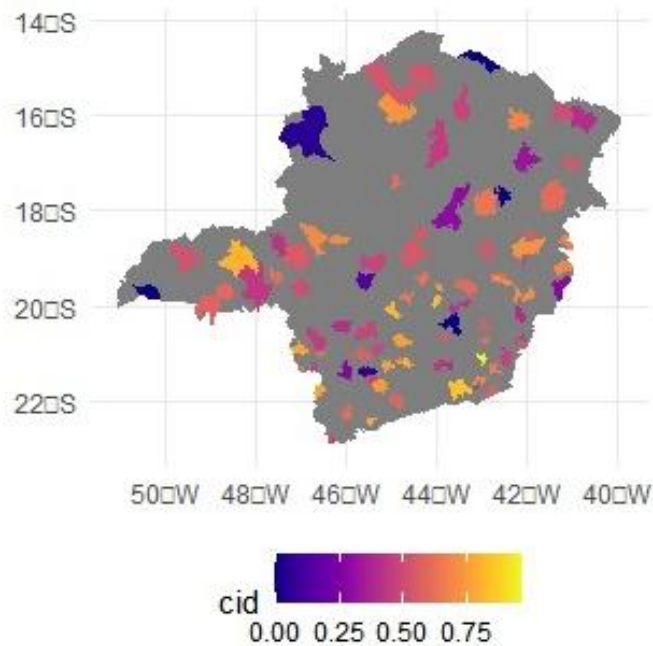
Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
A	1	1,10	1,10
B+	11	12,09	13,19
B	25	27,47	40,66
C+	23	25,27	65,93
C	31	34,07	100,00
Total	91	100,00	..

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A dimensão cidade possui peso de apenas 5% no índice principal (IEGM) e está relacionada com as ações que os municípios desenvolvem para prevenção e enfrentamento de sinistros e desastres. É o único índice que possui município classificado na faixa “A” (Ubá), considerada altamente efetiva. Além disso, apresenta boa distribuição de notas, sendo 11 municípios na faixa “B+”, 25 municípios na faixa “B”, 23 municípios na faixa “C+” e 31 municípios na faixa “C”.

A nota no i-Cidade está mais atrelada às ações da defesa civil, uma vez que sua existência é o pilar para cidades protegidas e norteiam as políticas públicas. A localização é um fator que pode influenciar nesse índice, pois dependendo da região do município, ele pode estar mais propenso a sofrer com desastres naturais.

Figura 8 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Cidade



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

### 7.2.7 Análise da dimensão governança em TI – i-Gov TI

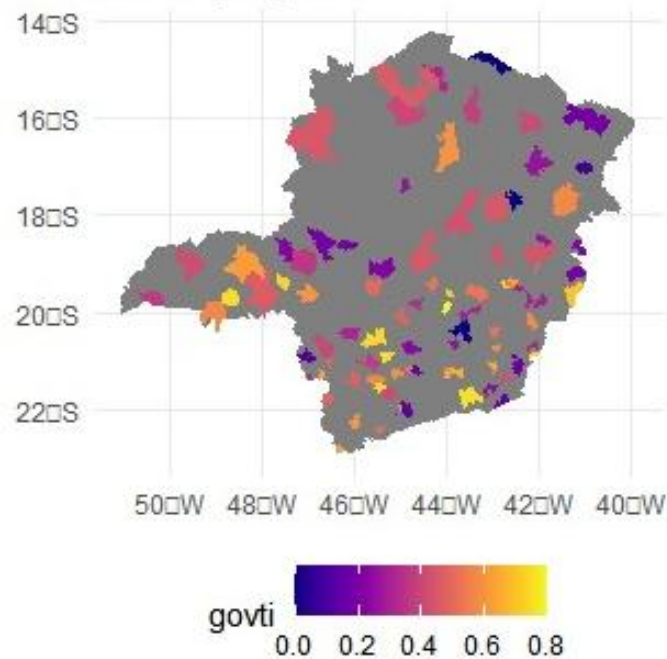
Tabela 8 - i-Gov TI-2023 dos municípios da amostra por faixa

Faixas	Quantidade de cidades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
B+	5	5,50	5,50
B	16	17,58	23,08
C+	15	16,48	39,56
C	55	60,44	100,00
Total	91	100,00	..

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A dimensão Governança em Tecnologia da Informação, assim como a dimensão Cidade, possui peso de apenas 5% no índice principal e está relacionada ao uso dos recursos de tecnologia da informação. Percebe-se na amostra analisada, que apesar do avanço no uso da tecnologia nos últimos anos, a gestão pública municipal ainda está carente na área, com 60,44% dos municípios (55) classificados na faixa “C”, ou seja, estão em baixo nível de adequação. Por outro lado, alguns municípios alcançaram boas notas, sendo 5 deles considerados muito efetivos, na faixa “B+”, 16 municípios na faixa “B” e 15 na faixa “C+”, em fase de adequação.

Figura 9 - Mapa de Calor de Minas Gerais – i-Gov TI



Fonte: elaborado pelo autor no software R (2024).

A análise do IEGM por dimensão ajuda a compreender em quais áreas os municípios estão enfrentando as maiores dificuldades, o que impacta na nota do IEGM geral. Nessa análise, ficou claro que as dimensões relacionadas às áreas de educação, meio ambiente, planejamento e tecnologia da informação são as que apresentam os piores resultados. Enquanto as dimensões relacionadas à área fiscal, cidades protegidas e saúde os melhores resultados, ambas nas ordens citadas. Na próxima seção apresenta-se a análise multivariada em relação ao IEGM 2023 dos municípios da amostra, bem como a análise descritiva e de correlação.

### 7.3 ANÁLISE MULTIVARIADA EM RELAÇÃO AO IEGM-2023 DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

A análise multivariada tem como variável dependente o IEGM 2023 dos 91 municípios da amostra do estado de Minas Gerais, e como variáveis independentes a (i) população, (ii) PIB per capita, (iii) a dependência de receitas de transferências, (iv) o gasto com saúde e (v) o percentual de receita realizada.

A princípio apresenta-se a estatística descritiva das variáveis, e na sequência a matriz de correlação para verificar quais das variáveis estão correlacionadas com o IEGM e se há variáveis se correlacionando.

A estatística descritiva permite se conhecer melhor as variáveis da pesquisa antes de se proceder a testes quantitativos mais robustos, permitindo assim uma maior familiaridade do pesquisador com as variáveis da pesquisa (Morettin; Bussab, 2010).

Por causa da existência de grande discrepância entre os municípios da amostra, as variáveis: população, PIB per capita e gasto com saúde, sofreram processo de logaritmização com a finalidade de tentar padronizar essas variáveis, conforme Tabela 9, abaixo.

Tabela 9 - Estatística descritiva das variáveis da amostra

Variável	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
IEGM	91	0.401	0.143	0.000	0.615
lpop	91	4.164	0.810	0.000	6.617
lplibPc	91	4.092	0.655	0.000	5.136
DepRecTr	91	0.801	0.119	0.485	1.054
lgsaúde	91	7.525	0.485	6.551	9.239
PercRec	91	1.138	0.166	0.748	1.864

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2024).

Observa-se na tabela acima que o IEGM 2023 variou da nota 0,00 (C) a 61.5 (B), ou seja, baixo nível de adequação à efetiva (Belo Horizonte), com uma média de 40,1, o que caracteriza os municípios da amostra na faixa “C”, baixo nível de adequação. O desvio padrão do IEGM é baixo (0.143), o que pode ser um indicativo de que não há muita discrepância nas notas dos municípios da amostra, fato corroborado com a classificação de muitos municípios na faixa “C”.

Quanto à população, em média ela é de 156 mil habitantes, apresentando o

mínimo de 2.700 habitantes (Ibituruna) e o máximo 2.315.000 habitantes (Belo Horizonte), isso sem a logaritmização. Esse resultado pode ser confirmado pelo valor alto do desvio padrão (0.810), demonstrando a existência de grande discrepância do quantitativo populacional dos municípios analisados.

O PIB per capita apresentou resultado médio de 32 mil reais, valor mínimo de 11 mil reais (São Francisco) e valor máximo de 362 mil reais (Extrema), isso sem a logaritmização. Já o desvio padrão (0.655) foi menor do que o observado na variável população, indicando que embora exista discrepância entre os PIB per capita dos municípios da amostra, é em menor nível.

Os municípios da amostra apresentaram em média 80% de dependência de receitas de transferências de outros entes (União e Estados), demonstrando ser esta uma realidade de quase todos, o que é corroborado pelo baixo desvio padrão (0.119). O município que menos depende dessas transferências é Belo Horizonte (48,5%) e o que mais depende é Ibituruna (1,05%), talvez por ser o município que apresenta a menor população entre todos da amostra.

Quanto ao gasto com saúde, observa-se uma média de 74.8 milhões, com gasto mínimo de 3.5 milhões (Ibituruna) e gasto máximo de 1.7 bilhão (Belo Horizonte), isso sem a logaritmização. Já o desvio padrão intermediário (0.485) indica discrepância na amostra, mas a maioria dos municípios possui valores próximos.

O percentual de receita realizada apresenta desvio padrão baixo (0.166), o que mostra que há uma proximidade muito grande nos percentuais de receita realizada dos municípios quando comparados com os valores previstos. O menor percentual foi observado no município de Engenheiro Caldas (74,8%) e o maior no município de Nazareno (1,86%). Em média, os municípios apresentaram 1,13% de percentual de receita realizada, ou seja, arrecadaram mais do que o previsto inicialmente, isso pode denotar falha no planejamento orçamentário.

Após a análise descritiva, apresenta-se a análise de correlação do modelo, conforme Tabela 10. Além das variáveis do modelo, no início dos testes foram inseridas as variáveis gasto com educação, percentual da receita tributária e percentual de despesa executada, mas foram retiradas do teste por causa da multicolineariedade apresentada com outras variáveis do modelo (gasto com saúde, percentual da receita tributária, percentual da despesa executada).

Tabela 10 - Matriz de correlação entre as variáveis da amostra

		<b>IEGM</b>	<b>Ipop</b>	<b>IpiBpc</b>	<b>DepRecTr</b>	<b>Igsaúde</b>	<b>PercRec</b>
<b>IEGM</b>	R de Pearson	—					
	p-value	—					
<b>Ipop</b>	R de Pearson	-0.079	—				
	p-value	0.458	—				
<b>IpiBpc</b>	R de Pearson	-0.110	0.780***	—			
	p-value	0.298	< .001	—			
<b>DepRecTr</b>	R de Pearson	-0.119	-0.117	-0.060	—		
	p-value	0.262	0.269	0.571	—		
<b>Igsaúde</b>	R de Pearson	0.008	0.224*	0.209*	-0.761***	—	
	p-value	0.940	0.033	0.047	< .001	—	
<b>PercRec</b>	R de Pearson	-0.053	0.043	0.104	0.290**	-0.183	—
	p-value	0.615	0.684	0.329	0.005	0.083	—

\* existência de 10% de significância

\*\* existência de 5% de significância

\*\*\* existência de 1% de significância

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2024).

Da análise de correlação, é possível observar que o IEGM possui correlação positiva com a variável gasto com saúde, porém sem significância, e correlação negativa com as variáveis: população, PIB per capita, dependência de receitas de transferências e percentual de receita realizada, todas sem significância. A maior correlação (positiva) encontrada foi das variáveis população e PIB per capita (0,780) com 99% de confiança, o que já era esperado.

Observa-se correlação negativa entre a variável dependência de receitas de transferências e a variável gasto com saúde (-0.761) com 99% de confiança. Verifica-se também correlação positiva entre a variável dependência de receitas de transferências e a variável percentual da receita realizada, com 95% de confiança.

Na sequência, procede-se a estimação do modelo de regressão para verificar quais fatores influenciaram no IEGM 2023 dos municípios da amostra e o tipo de influência.

#### 7.4 ANÁLISE DO MODELO DE REGRESSÃO ESTIMADO

Nesta seção, apresenta-se o modelo estimado de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com estimativas de erro padrão robusto, com o objetivo de identificar quais variáveis do modelo influenciaram nas notas do IEGM 2023, conforme Tabela 11, abaixo.



Tabela 11 - Modelo de regressão estimado

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
(Intercept)	110.385.602	0.44185522	24.982	0.01443*
Ipop	-0.00012737	0.06978791	-0.0018	0.99855
IpiBpc	-0.01913152	0.07336077	-0.2608	0.79490
DepRecTr	-0.31008150	0.16100422	-19.259	0.05750*
Igsaúde	-0.05023114	0.04562567	-11.009	0.27407
PercRec	0.00277765	0.07612382	0.0365	0.97098

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2024).

Observa-se no modelo estimado que sem a influência das variáveis escolhidas, os municípios da amostra conseguiriam um IEGM de 110 pontos no ano de 2023, com confiança de 90%. Ou seja, esse resultado demonstra que o IEGM possui um ponto de partida relevante para os municípios de Minas Gerais, mesmo quando não se analisa as demais variáveis que compõem o modelo de regressão. Para Gujarati e Porter (2011) nas Ciências Sociais Aplicadas diversos fatores podem contribuir sobre as decisões e comportamentos, e em geral, os modelos estatísticos tendem a captar uma menor parcela desses efeitos dada à complexidade dos temas dessa área.

O resultado demonstra a pouca influência das variáveis escolhidas nas notas do IEGM 2023 dos municípios da amostra. As variáveis população, PIB per capita, dependência de receitas de transferências e gasto com saúde apresentaram relação negativa com o IEGM, enquanto a variável percentual de receita realizada apresentou efeito positivo.

A variável população mostrou uma relação negativa e não significativa ( $\beta = -0.00012737$  e  $p\text{-valor} = 0.99855$ ) com o IEGM dos 91 municípios de Minas Gerais. Esse resultado pode ser explicado devido à grande discrepância populacional que há entre os municípios da amostra. Além disso, vai contra os achados de Alves e Lee (2019) que demonstraram relação positiva nos municípios do estado do Ceará, sendo que os municípios mais populosos apresentaram maior efetividade na gestão municipal. No mesmo sentido, o resultado da pesquisa de Araujo *et al.* (2021) apontou que o aumento da população é um dos fatores que explica as diferenças de efetividade das gestões municipais. Já a pesquisa de Holanda *et al.* (2022) revelou que o número de habitantes não é determinante da efetividade municipal.

A variável PIB per capita mostrou uma relação negativa e não significativa ( $\beta = -0.01913152$  e  $p\text{-valor} = 0.79490$ ) com o IEGM dos 91 municípios da amostra.

Esse resultado confirma os achados de Alves e Lee (2019) de que alguns municípios conseguem ser efetivos na gestão, mesmo tendo menor volume do PIB per capita. Já a pesquisa de Lima (2022) apontou que o PIB per capita pode está parcialmente relacionado com as notas do IEGM.

Em contrapartida, a variável dependência de receitas de transferências foi significativa com 90% de confiança, contudo, negativa ( $\beta=-0.31008150$  e  $p\text{-valor}=0.05750$ ). Esse resultado indica uma relação inversa entre a dependência de receita de transferência com o IEGM dos 91 municípios da amostra. Além do resultado da pesquisa de Alves e Lee (2019) que não encontrou significância dessa variável quando analisaram os municípios do Ceará, não foram encontrados outros estudos na literatura.

Já a variável gasto com saúde mostrou relação negativa e não significativa ( $\beta=-0.05023114$  e  $p\text{-valor}=0.27407$ ) com o IEGM dos 91 municípios de Minas Gerais. Embora fosse esperado efeito positivo nesta pesquisa, pois quanto mais investimento o município faz na área, melhor deveria ser o seu retorno social em termos de gestão, estudos anteriores já demonstraram o inverso. Apesar de ser um dos principais gastos dos governos municipais, aparentemente os municípios que gastam mais com saúde não são os mais efetivos (Alves; Lee, 2019). No mesmo sentido, foi o resultado da pesquisa de Aguiar, Teixeira e Beiruth (2020) que constatou que municípios classificados como efetivos, investem em média menos do que os municípios considerados não efetivos.

Por fim, a variável percentual da receita realizada foi a única que apresentou relação positiva com o IEGM 2023, porém não significativa ( $\beta=0.00277765$  e  $p\text{-valor}=0.97098$ ). Esse achado diverge do resultado da pesquisa de Araújo (2018) que identificou que a receita orçamentária total apresenta nível de significância de 5% com o IEGM.

Os achados apontam que apenas a variável dependência de receitas de transferência foi significativa para influenciar na nota do IEGM 2023, com nível de significância de 10%, sendo que quanto maior for a dependência de receitas de transferências menor será a nota IEGM do município.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar o IEGM do ano de 2023 (dados 2022) de 91 municípios do estado de Minas Gerais para identificar fatores que influenciaram nos resultados obtidos. Para tanto, foi assumido como hipótese de pesquisa que a população, o PIB per capita, a dependência de receitas de transferências, o gasto com saúde e o percentual de receitas realizadas impactam positivamente nas notas do IEGM obtidas pelos municípios pesquisados. Nesse sentido, foram propostos quatro objetivos específicos.

O primeiro objetivo consistiu em comparar a situação do IEGM 2023 com o IEGM 2022 dos municípios pesquisados. Para melhor compreensão da situação do IEGM 2023, fez-se levantamento das notas obtidas pelos municípios da amostra desde o ano de 2015, sendo constatado que historicamente as notas estão concentradas nas faixas de resultado “C+” (baixo nível de adequação) e “B” (efetiva). Quando comparado o resultado do IEGM 2023 com o resultado do ano anterior, observou-se um aumento significativo de municípios enquadrados na faixa de resultado “C” (em fase de adequação) em razão da mudança de metodologia de enquadramento nas faixas de resultado na avaliação do ano de 2023.

O segundo objetivo consistiu em verificar a situação das notas dos municípios da amostra em relação ao IEGM 2023 nas suas sete dimensões. Constatou-se que os municípios da amostra não são efetivos na gestão pública, pois a nota média do IEGM 2023 da amostra está abaixo de 50%, enquadrando os municípios na pior faixa de resultado (em fase de adequação). Quando analisado por dimensão, constatou-se que as áreas de educação e meio ambiente apresentaram os piores resultados, enquanto a área fiscal apresentou o melhor resultado.

O terceiro objetivo consistiu em apresentar os possíveis fatores que podem influenciar na efetividade da gestão municipal. Considerando as cinco variáveis que constituíram a hipótese de pesquisa após a realização de testes estatísticos, procedeu-se a estimação de modelo de regressão por MQO. Os resultados apresentaram pouca influência das variáveis do modelo sobre as notas do IEGM 2023 dos municípios da amostra, sendo que apenas a variável “dependência de receitas de transferências” mostrou significância, com efetivo negativo.

O quarto objetivo propôs a elaboração de Relatório Técnico Conclusivo com recomendações para melhoria dos resultados do IEGM nos municípios do estado de

Minas Gerais<sup>16</sup>. As recomendações são frutos da pesquisa aprofundada sobre o tema e podem ser utilizadas por qualquer município do estado, uma vez que não estão vinculadas a realidade local de determinado município, mas sim a necessidade de validações de informações que impactam no resultado do IEGM.

Como contribuição teórica para o meio acadêmico em que está inserido, este trabalho buscou desmistificar o IEGM no contexto do estado de Minas Gerais, inclusive com revisão da literatura do que se tem publicado sobre o tema, que embora incipiente, já tem contribuído para direcionar as fiscalizações dos TCs e para apoiar a gestão pública municipal na busca por melhorias nas políticas públicas. Como contribuição prática para os municípios que são obrigados ao envio dos questionários relativos ao IEGM, este trabalho apresenta um Relatório Técnico Conclusivo com recomendações para melhoria dos resultados.

É necessário externar uma crítica ao IEGM quanto à nomenclatura utilizada pelo índice. Embora na teoria o índice se proponha a medir efetividade (atingir o objetivo proposto da melhor maneira possível), na prática observa-se que está mais voltado para medir eficiência (relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados). Nesse sentido, o índice funciona mais com uma “*Proxy*” de eficiência, e não necessariamente mede efetividade. Uma solução simples seria a adequação do nome do índice, ou aguardar o índice maturar a ponto de realmente conseguir medir aquilo que efetivamente se propõe.

Este trabalho não levou em consideração o impacto social e econômico que municípios maiores podem exercer sobre outros que estão a sua volta, ou vice-versa. Municípios maiores podem se prejudicar no IEGM com maior fluxo de pessoas procurando soluções que seus municípios de origem não oferecem o que pode sobrecarregar políticas públicas de saúde, por exemplo. Enquanto municípios menores podem se beneficiar com a execução de políticas públicas por municípios maiores que estão a sua volta, mas que também favorece sua população. Essa relação de ganho e perda não é considerada pelo IEGM.

A pesquisa também não levou em consideração possíveis efeitos nas políticas públicas municipais no período da COVID-19 (2020-2023). Esses efeitos foram sentidos principalmente na área da saúde, pois municípios de mais estrutura

---

<sup>16</sup> Relatório Técnico Conclusivo a ser apresentado como Produto Técnico Tecnológico (PTT). Trata-se de requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração Pública pelo Mestrado Profissional em Administração Pública em rede (PROFIAP).

precisaram atender a população de municípios de menos estrutura, situação que pode ter refletido nas notas do IEGM.

Quanto às limitações da pesquisa, ressalta-se a dificuldade em escolher municípios que fossem representativos de todas as regiões do estado, uma vez que o estado de Minas Gerais possui 853 municípios, e pelo curto período de tempo não seria possível coletar as informações de todos os municípios para utilização como variáveis no modelo de regressão. Por esse motivo, fez-se opção pelos municípios das Regiões Geográficas Imediatas.

Como sugestões para pesquisas futuras podem ser aplicados os testes realizados nesse trabalho para todos os municípios do estado de Minas Gerais, ou até mesmo para outras regiões do país. Também é possível um aprofundamento da pesquisa em alguma das sete dimensões que compõe o IEGM para compreensão dos fatores que impactam mais nos resultados. Ou ainda, realizar estudo de caso sobre os resultados do IEGM em um município específico.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o debate sobre o tema no meio acadêmico, principalmente quanto ao controle de resultados na Administração Pública. Da mesma forma, que possa ajudar no fortalecimento das ações de melhoria contínua da gestão pública municipal, promovidas pelos TCs no âmbito de suas competências. Por fim, que os gestores públicos entendam a importância da utilização do IEGM como ferramenta de gestão das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mayte Cardoso; TEIXEIRA, Aridelmo; BEIRUTH, Aziz. Saúde e educação: investimentos e efetividade municipal. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 87-110, 2020.
- ALCURE NETO, Alfredo; NOSSA, Silvania Neris; TEIXEIRA, Aridelmo; MOREIRA, Nadia Cardoso. Educação municipal e a escola em tempo integral. **Revista Eletrônica de Educação**, [s. l.], v. 15, p. e4099065-e4099065, 2021.
- ALVES, Francisco Ivander Amado Borges; LEE, Shyu Fiaba. Gestão pública: uma análise dos municípios cearenses quanto ao índice de efetividade de gestão municipal (IEGM). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 5, maio 2019.
- ARAÚJO, Leonardo Coelho de. **Gestões municipais no Brasil**: um estudo a partir do Índice de Efetividade (IEGM) publicado pelo Instituto Rui Barbosa. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2018.
- ARAUJO, Leonardo Coelho de; TEIXEIRA, Arilda; BEZERRA FILHO, João Eudes; MOTOKI, Fábio. Gestões municipais no Brasil: um estudo a partir do Índice de Efetividade das Gestões Municipais-IEGM. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s. l.], v. 20, p. e3137, 2021.
- BÍBLIA. Provérbios. Português. *In*: **Bíblia do Obreiro**. Tradução: João Ferreira de Almeida. 4. ed. rev. cor. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm). Acesso em: 15 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 30 jan. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 1436197**. Direito administrativo. Ementa: repercussão geral no recurso extraordinário com agravo. Constitucional. Administrativo. Tribunal de Contas do Estado. Tomada de contas especial. Constatação de irregularidades em execução de convênio interfederativo.

Imputação de débito e multa a ex-prefeito. Relator: Min. Luiz Fux, 18 dezembro de 2023. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/repercussao-geral13528/false>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

BRITTO, Érica Apgaua de. Governança e accountability no setor público: auditoria operacional como instrumento de controle das ações públicas a cargo do TCEMG. **Revista TCEMG**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 53-70, 2014.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 27, p. 370-395, 2020.

CARVALHO COSTA, Otacílio Moreira; SOUZA, Kamyla Maria de Araújo; CARVALHO, Erasmo de Moreira; SIENA, Osmar. Análise do índice de efetividade de gestão municipal (IEGM) dos municípios do Estado de Rondônia no período de 2015-2016. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, [s. l.], v. 10, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. (1 recurso online). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018455>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CHAVES, Francisco Eduardo Carrilho. **controle externo da gestão pública: a fiscalização pelo legislativo e pelos tribunais de contas**. 1. ed. Niterói: Impetus, 2007.

CHAVES, Renato Santos. **Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

COSTA, Beatriz Silva da; SILAME, Thiago Rodrigues. Desenhos institucionais da CGU entre 2001 E 2016. **E-legis**, [s. l.], n. 37, p. 319-335, 2022.

COSTA NETO, João Antonio; LIMA, Caio Raoni Pereira; DINIZ, Josedilton Alves. Análise da efetividade da gestão municipal na regularidade das contas públicas. **ConTexto-Contabilidade em Texto**, [s. l.], v. 23, n. 54, p. 43-58, 2023.

DALL'OLIO, Leandro Luis dos Santos. Indicadores de efetividade no contexto das auditorias dos Tribunais de Contas. **Cadernos**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 70-83, 2018.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas Públicas. *In*: HEIDEMANN F. G.; SALM, J. F. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FARIA, Márcia Prímola; RIBEIRO, Ana Luiza Braga; ALMEIDA, Bárbara Claudiana Oliveira de; GUILHERME Diogo Bonfim; MENDES JÚNIOR, José Maria; BAYÃO, Renata Silveira. Índice de efetividade da gestão municipal: um estudo da dimensão planejamento em nove municípios mineiros (grande, médio e pequeno porte).

**JAMES-Journal of Accounting Management Economics and Sustainability**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2023.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para discussão, 1369). Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1369.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf). Acesso em: 27 abr. 2024.

GARCIA, Riter Lucas Miranda. **Eficiência em órgãos públicos: uma proposta de indicadores**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. (1 recurso online). Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771653>. Acesso em: 1 maio 2024.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

HOLANDA, Mônica Maria Bezerra; LIMA, Alexandre Oliveira; SANTOS, Ruan Carlos dos; SOUSA, Antônia Márcia Rodrigues. O Índice de efetividade da gestão municipal e o monitoramento das políticas públicas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

**Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. e03934-e03934, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil**. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 26 de fev. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. São Paulo: Alínea, 2015.

LIMA, Denis Camargo de. **Índice de efetividade da gestão municipal em saúde dos municípios paulistas: uma análise a partir de algumas variáveis**. 2022.

Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações de Saúde) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

LIMA, Luiz Henrique. **Controle externo: teoria e jurisprudência para os Tribunais de Contas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

LINHARES, João Eduardo; MARINI, Marcos Junior; CAZOLLA, Marcio; SANTOS, Gilson Ditzel. Avaliação de políticas públicas dos municípios brasileiros por meio do



índice de efetividade da gestão municipal (IEGM). **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2021.

LOPES, Gustavo Andrey Fernandes; GRIN, Eduardo José; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; REHNER, Marcos. **Tribunais de contas estaduais: controle ou avaliação de políticas públicas?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12032/1/E\\_os\\_Estados\\_Cap16.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12032/1/E_os_Estados_Cap16.pdf). Acesso em: 10 fev. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. (1 recurso online). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026559>. Acesso em: 1 maio 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. A Governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 109–134, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4015>. Acesso em: 4 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.404, de 02 de agosto de 2023**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. Belo Horizonte: ALMG, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24404/2023/#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20diretrizes%20para,para%20o%20exerc%C3%ADcio%20de%202024>. Acesso em: 23 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2017. Disponível em: [https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2017/Manual/Manual\\_IEGM\\_2017.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2017/Manual/Manual_IEGM_2017.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2018. Disponível em: [https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2018/Manual/Manual\\_IEGM\\_2018.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2018/Manual/Manual_IEGM_2018.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2019. Disponível em: [https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2019/Manual/Manual\\_IEGM\\_2019.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2019/Manual/Manual_IEGM_2019.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2020. Disponível em: [https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2020/Manual/Manual\\_IEGM\\_2020.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2020/Manual/Manual_IEGM_2020.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2021. Disponível em:  
[https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2021/Manual/Manual\\_IEGM\\_2021.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2021/Manual/Manual_IEGM_2021.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2022. Disponível em:  
[https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2022/Manual/Manual\\_IEGM\\_2022.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2022/Manual/Manual_IEGM_2022.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. Belo Horizonte: TCEMG, 2023. Disponível em:  
[https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2023/Manual/Manual\\_IEGM\\_2023.pdf](https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/assets/downloads/IEGM/2023/Manual/Manual_IEGM_2023.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Resolução nº 06/2016, de 24 de agosto de 2016**. Aprova a implementação do Índice de Efetividade de Gestão Municipal – IEGM no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. [S. l.]: TCEMG, 2016a. Disponível em:  
<https://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/Detalhe/1138000>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). **Instrução Normativa nº 01/2016, de 24 de agosto de 2016**. Dispõe sobre a remessa de informações relativas à composição do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM, pelos Municípios, mediante o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM. [S. l.]: TCEMG, 2016b. Disponível em:  
<https://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/Detalhe/1138225>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOURA, Nathalia Bertú; FERREIRA JÚNIOR, Sílvio. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e sua Relação com a Qualidade do Ensino Público Fundamental. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 133-168, 2022.

NAVES, Luís Emílio Pinheiro. **Auditorias operacionais a cargo dos tribunais de contas brasileiros e accountability vertical e horizontal**: análise do processo de institucionalização depois de 1988. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua nova: revista de cultura e política**, [s. l.], p. 27-54, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. Transições, continuidades e alguns paradoxos. *In*: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (org.) **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. p. 41-71.

PASSOS, Guiomar Oliveira; AMORIM, André de Carvalho. A construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, [s. l.], v. 15, n. 10, p. 241-259, 2018.

RAMOS, Magno Oliveira; CARVALHO SILVA, Maria Valeska Damásio de; CERQUEIRA, Anderson José Freitas de; QUEIROZ, Kaline Ferreira Fróes. A participação social importa na qualidade da gestão pública?: um estudo sobre a efetividade da gestão pública dos municípios da região metropolitana de Salvador-Bahia. **Cadernos de Finanças Públicas**, [s. l.], v. 21, n. 1, 2021.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 46, p. 1271-1294, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. v. 1.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2024>. Acesso em: 06 de jan. 2024.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. E-book. (1 recurso online). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522128976>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SILVA, Higo Henrique Mariano; BEZERRA FILHO, João Eudes. Determinantes do índice de efetividade da gestão municipal: análise da dimensão planejamento. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 105-119, 2023.

SILVA, Marcus. **Controle interno e controle externo: teoria e mais de 350 questões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2012.

SILVA NETO, Rodopiano Rocha; REIS, Thiago Rodrigues; RIBEIRO, Adagenor Lobato. Perfil da Gestão Municipal no Estado do Pará: um olhar a partir do índice de efetividade. **Contabilidade Gestão e Governança**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 93-106, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [s. l.], n.16, p.20-45, 2006.

SPEEDEN, Eduardo Andrade; PEREZ, Olivia Cristina. Fatores que impactam na qualidade do planejamento orçamentário dos municípios do estado de São Paul. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 12, n. 1, jan./mar. 2020.

TEIXEIRA, Marco Antônio. Os tribunais de contas brasileiros e o controle dos

controladores. *In*: ALVES, M. A.; BRIGAGÃO, J. I. M.; BURGOS, F. (ed.). **Por uma gestão pública democrática: 25 anos do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo**. São Paulo, SP: [s. n.], 2017. p. 203-218.

VIANNA, Iara Lima; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. *In*: AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; GONÇALVES, Guilherme Quaresma; FAUSTINO, Samantha Haussman Rodarte (org.). **Aplicações de técnicas avançadas e avaliação de políticas públicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p.15-38.